



REVISTA DA ORDEM DOS FARMACÊUTICOS

ORDEM PROPÕE MEDIDAS PARA DIMINUIR RUTURAS DE MEDICAMENTOS | NORMAS PROFISSIONAIS PARA NOVOS SERVIÇOS FARMACÊUTICOS | UMA GREVE HISTÓRICA DOS FARMACÊUTICOS DO SNS | FARMACÊUTICOS NÃO DEVEM REALIZAR PROCEDIMENTOS ESTÉTICOS | NOVA ESTRATÉGIA PARA AS ANÁLISES CLÍNICAS | LABORATÓRIO NACIONAL DO MEDICAMENTO COM NOVA ORGÂNICA | RACI NO BERÇO DA NAÇÃO



# 50 ANOS COMO ORDEM

NOVA LEI-QUADRO  
DAS ORDENS PROFISSIONAIS

# Ser Farmacêutico, dá vantagens.



Conheça os parceiros e benefícios na utilização da sua **Carteira Profissional**





**Helder Mota Filipe**  
Bastonário  
Ordem dos Farmacêuticos

Comemoramos 50 anos como Ordem profissional. Meio século de um modelo regulação e representação de uma profissão que é, no entanto, muito mais antiga. A Ordem dos Farmacêuticos (OF) é a quarta Ordem profissional portuguesa mais antiga (após médicos, advogados e engenheiros), criada ainda antes do 25 de abril, como legítima sucessora da Sociedade Farmacêutica Lusitana, fundada em 1835.

A sessão solene que realizámos no Museu do Tesouro Real foi seguramente um dos pontos altos das comemorações. Por conseguirmos juntar os nossos parceiros, as autoridades e representantes dos nossos utentes e os nossos colegas farmacêuticos, alguns dos quais justamente homenageados por uma carreira que significa e valoriza toda a profissão.

Orgulho-me de fazer parte de uma profissão milenar, com génese na Idade Média, que conquistou a confiança da população ao longo de todos estes séculos de história. Pelos seus conhecimentos e competências técnicas e científicas, mas também pela disponibilidade que sempre evidenciou para ajudar aqueles que mais precisam, quando mais precisam.

A profissão evoluiu. Saiu das boticas, aproveitou a industrialização e

acompanhou a globalização, alargando o espectro de ação às demais tecnologias de saúde e, fundamentalmente, às necessidades dos doentes e dos sistemas de saúde. Hoje, estamos presentes, de forma transversal, em todo o ciclo de vida do medicamento. Somos responsáveis pelo desenvolvimento e controlo de qualidade de uma grande variedade de dispositivos médicos e produtos de saúde, de um modo geral. Desenvolvemos atividade no ramo laboratorial, nas análises clínicas e na genética humana, mas também nas áreas da toxicologia e das análises ambientais. Acompanhamos a evolução da Ciência e as áreas mais emergentes da prestação de cuidados de saúde, como a biotecnologia, imunoterapia, tele saúde, entre muitas outras, com importantes contributos para a toda a Saúde, nas suas múltiplas dimensões.

A OF agrega atualmente cerca de 20 mil farmacêuticos, na sua grande maioria a exercer nas farmácias comunitárias, o local em que a população se habituou a contactar com a profissão. Estamos também nos laboratórios de análises clínicas, gerando informação essencial para a decisão clínica. Estamos nos hospitais, onde garantimos a qualidade e segurança dos medicamentos administrados aos utentes. Ocupamos os mais variados cargos na indústria, do desenvolvimento, à produção, controlo de qualidade, acesso ao mercado, distribuição marketing, entre muitas outras.

Os farmacêuticos têm estado e continuarão a estar sempre do lado da. Continuaremos, como sempre, disponíveis para colaborar com o País na implementação das melhores soluções para garantir a assistência farmacêutica e medicamentosa às populações. Assim o fizemos no passado e assim faremos no futuro, apoiando o desenvolvimento de novos serviços, como a dispensa de medicamentos hospitalares em proximidade ou da

renovação da terapêutica a doentes crónicos, em linha com as propostas do Governo para o Orçamento de Estado para este ano.

Por infeliz coincidência, estas comemorações dos nossos 50 anos ocorrem numa conjuntura adversa para as Ordens profissionais e para o modelo de autorregulação profissional a que os portugueses se habituaram.

Estou certo das motivações políticas que levaram o Governo a ir bem além das recomendações da Autoridade da Concorrência e da Comissão Europeia, ou invocar, de forma falaciosa, que a “bazuca” europeia, as verbas do Plano de Recuperação e Resiliência, estariam condicionadas à eliminação das barreiras no acesso às profissões. Temos vivido árduos meses na defesa do atual modelo de regulação profissional, em conjunto com as restantes Ordens profissionais.

Nas audições com todos os grupos parlamentares, nas Comissões de Saúde e do Trabalho, Segurança Social e Inclusão, com a provedora de Justiça e com o Presidente da República demos conhecimento da nossa oposição a muitas das alterações propostas por levarem a ua realidade que não protege a qualidade da regulação das profissões nem os interesses dos utilizadores finais dos serviços, que, no caso da OF, são os doentes.

Apesar de todos os esforços efetuados, a nova lei-quadro sobre das Ordens profissionais foi publicada no final de março.

Continuaremos vigilantes e interventivos na defesa de um modelo que garanta a qualidade e segurança dos serviços prestados à população. O mundo evolui, tal como as profissões e a sua regulação. Estamos absolutamente empenhados na modernização, na adequação das organizações às novas tendências das sociedades modernas, sem colocar em causa a regulação da profissão, a qualidade dos serviços e os interesses dos doentes.

# SUMÁRIO

## NOTÍCIAS

- 6 Ordem propõe medidas para diminuir ruturas de medicamentos
- 8 Farmácias com contributo decisivo para controlo da pandemia
- 9 O fim das máscaras nas farmácias
- 10 Uma greve histórica dos farmacêuticos do SNS
- 11 Normas profissionais para novos serviços farmacêuticos
- 12 Farmacêuticos não devem realizar procedimentos estéticos
- 13 Incompatibilidades na transposição do regulamento europeu de medicamentos veterinários
- 14 30 anos de medicamentos genéricos em Portugal
- 15 Dia Mundial da Segurança do Doente dedicado à "Segurança da Medicação"
- 16 Três novos Conselhos Consultivos da Ordem
- 17 Assembleia Geral aprovou propostas da Direção Nacional
- Bastonário tomou posse como membro do CNECV
- 18 Novo secretário-geral da OF
- Ordem e Academia debatem ensino e profissão
- 19 Nova Associação Portuguesa de Farmacêuticos para a Comunidade
- Nova Sociedade Científico-Profissional de Farmácia Comunitária Ibero-americana

## DESTAQUE

- 20 50 anos como Ordem
- 32 A nova lei das Ordens profissionais

## ATIVIDADES

- 36 Um dia de homenagem aos farmacêuticos
- 42 Uma nova estratégia para as Análises Clínicas
- 44 Laboratório Militar com nova orgânica em consolidação
- 46 Reunião Anual de Indústria no berço da nação
- 47 Portugal com uma das maiores delegações no Congresso da FIP
- BERC-Luso promove investigação biomédica em Moçambique
- 47 OF reforça colaboração com entidades europeias

## FARMACÊUTICOS

- 50 Rui Santos Ivo e Erica Viegas no Conselho Diretivo do Infarmed
- Medalha de Serviços Distintos para farmacêutico militar Paulo Cruz
- 51 Teresa Machado Luciano na presidência do Hospital Garcia de Orta
- Diana Costa coordena novo Núcleo da Vacinação da DGS
- Um novo farmacêutico centenário
- 52 Manuel Pimenta dá nome a nova sala multiusos de hospital guineense
- Consórcio internacional desenvolve novo tratamento para a doença de Crohn
- 53 Luís Lourenço entre os micro-influenciadores da vacinação COVID-19
- Noite de prémios aos farmacêuticos
- 54 Regional do Centro homenageou anterior presidente
- Vitor Borges distinguido pela Sociedade Europeia de Virologia Clínica
- Profissionais de saúde querem oferecer nova estola ao Papa



46



20

22



REVISTA DA ORDEM DOS FARMACÊUTICOS

**FICHA TÉCNICA**

**DIRETOR**

Helder Mota Filipe (Bastonário)

**CONSELHO EDITORIAL**

Anabela Mascarenhas  
Dario Bastos Martins  
Félix Carvalho  
Luís Lourenço  
Paula Costa  
Rui Pinto

**COORDENAÇÃO EXECUTIVA**

Pedro Nandin de Carvalho

**REDAÇÃO**

José Nuno Ferreira  
Ricardo Santos  
Camilo Rebelo  
Carla Diogo  
João Dias  
Leonor Soares  
Lúcia Santos  
Maria Luís Santos  
Raquel Mateus

**SECRETÁRIA DE REDAÇÃO**

Raquel Neto

**FOTOGRAFIA**

António Carvalho  
Jorge Alves

**DESIGN/PAGINAÇÃO**

Hugo Charrua | exhibitat@

**PRODUÇÃO GRÁFICA**

inPrintout | exhibitat@

**PROPRIEDADE**

Ordem dos Farmacêuticos -  
Rua da Sociedade Farmacêutica 18,  
1169-075 Lisboa  
NIF: 500 998 760  
Telef.: +351 213 191 380;  
E-mail: geral@ordemfarmaceuticos.pt

**PUBLICIDADE**

comunicacao@ordemfarmaceuticos.pt

**ASSINATURAS**

10,00€ (anual)

**PERIODICIDADE**

Semestral

**TIRAGEM**

1.000 exemplares  
A ROF está acessível em formato  
eletrónico no sítio da Ordem  
dos Farmacêuticos:  
www.ordemfarmaceuticos.pt.

**DEPÓSITO LEGAL 77129/94**

ISSN 0872-7554  
ERC 118027

A Revista da Ordem dos Farmacêuticos adota as regras do acordo ortográfico. O Estatuto Editorial encontra-se publicado: [www.ordemfarmaceuticos.pt/pt/publicacoes/revista-da-ordem-dos-farmacuticos/rof-estatuto-editorial](http://www.ordemfarmaceuticos.pt/pt/publicacoes/revista-da-ordem-dos-farmacuticos/rof-estatuto-editorial).

Os artigos assinados não refletem necessariamente o ponto de vista da Ordem dos Farmacêuticos

## Ordem propõe medidas para diminuir ruturas de medicamentos

**Problema da escassez de medicamentos tem dimensão internacional e causas multifatoriais. OF alerta para particularidades do mercado nacional. Tutela pondera novas medidas para diminuir ruturas.**

O Ministério da Saúde decretou o aumento do preço dos medicamentos mais baratos. A medida aplicada durante o ano de 2023 integra o plano da tutela para diminuir as situações de ruturas de medicamentos no mercado nacional. Os medicamentos que custam até 10 euros aumentam 5%, enquanto os que têm preços entre os 10 e 15 euros aumentam 2%. Medicamentos acima dos 15 euros mantêm o regime de revisão anual de preços, calculado pela média de preços nos quatro países de referência (Espanha, França, Itália e Eslovénia). Contudo, se o seu preço for superior à média destes quatro países, a redução máxima é também de 5%.

A Ordem dos Farmacêuticos (OF) considera que a iniciativa do Governo é positiva e responde a uma das causas para o aumento das ruturas de medicamentos nas farmácias, relacionada com a inviabilidade financeira de alguns medicamentos, o que leva à sua retirada do mercado. Chama ainda a atenção para a importância de perceber se a medida evita, de facto, o fim da comercialização de medicamentos em risco por razões económicas e lembra a necessidade de intervir noutras causas que têm condicionado o acesso a alguns medicamentos, como a disponibilidade de matérias-primas, o aumento da procura, a inflação e custos energéticos ou a exportação paralela. O Ministério admitiu avançar com novas medidas para enfrentar o problema do aumento das ruturas de medicamentos.

De acordo com a informação disponibilizada pelo Ministério da Saúde, a medida deverá gerar um acréscimo da despesa do Estado com medicamentos em cerca de 0,4% e um aumento dos encargos para os utentes de 0,5%. A tutela vai ainda criar uma lista de medicamentos essenciais, críticos, com disponibilidade monitorizada de forma particular, que podem ser alvo de uma revisão excecional de preço.

Será também introduzido o conceito de medicamento de uso excessivo, por referência ao aumento do volume de vendas e da quota de mercado, que conduzirá à redução do seu preço ainda este ano.

**O Ministério da Saúde vai criar uma lista de medicamentos essenciais, críticos, com disponibilidade monitorizada de forma particular, que podem ser alvo de uma revisão excecional de preço**

### Problema com dimensão europeia

De acordo com um inquérito realizado pelo Grupo Farmacêutico da União Europeia (PGEU), a grande maioria dos países europeus (76%) admite que a situação piorou, poucos (24%) dizem que continua igual e nenhum aponta para melhorias no acesso ao medicamento na UE. De acordo com os resultados apurados, a oferta de medicamentos cardiovasculares tem sido a mais lesada (83%), seguida dos medicamentos para o sistema nervoso e dos medicamentos anti-infecciosos para uso sistémico (i.e. antibióticos, com 79%) e medicamentos para o sistema respiratório (76%).

A maioria dos países (66%) registaram também a falta de dispositivos médicos nas farmácias comunitárias, lamentando que não exista um sistema de notificação de faltas que possa ser utilizado pelos farmacêuticos comunitários, tanto ao nível do medicamento

como dos dispositivos médicos, e que os ajude a esclarecer a situação real. A interrupção dos tratamentos (90%), o aumento dos pagamentos com recurso a seguro para as alternativas mais caras e não reembolsadas (72%) e o tratamento/eficácia inferior (59%) são as consequências mais comuns das ruturas, provocando a angústia e incómodos aos doentes (93%). A causas mais mencionadas foram a perturbação/suspensão do processo de fabrico (66%), quota imposta pelo fabricante (55%) e aumento inesperado da procura de medicamentos (48%), como as formulações pediátricas de antibióticos.

Entre as soluções propostas pelos farmacêuticos comunitários europeus estão a substituição por genéricos (93%), a aquisição do mesmo medicamento a fontes alternativas autorizadas (62%) e a preparação de uma formulação composta (62%). Contudo, algumas destas propostas representam novos desafios, como a necessidade de uma nova prescrição, ou tempo adicional despendido pelas equipas de farmácia para lidar com as ruturas, estimado em 6 horas e 40 minutos por semana.

### Situação idêntica no ambulatório e hospitalar

O “Barómetro da Indisponibilidade de Medicamentos” desenvolvido pelo Centro de Estudos Farmacêuticos (Cefar), revela que quase 75% das farmácias em Portugal reportaram, pelo menos, uma indisponibilidade ao longo do último ano. O número médio de embalagens indisponíveis por farmácia foi de 6.342, o que representa um aumento de 256% face ao mês homólogo;

De acordo com os dados revelados pela Associação Nacional das Farmácias (ANF), foram registadas 13,7 milhões



de embalagens com indisponibilidade, das quais 3,3 milhões correspondem a medicamentos genéricos (equivalente a 23,8% do total de indisponibilidades reportadas). Este barómetro revela ainda que 27,6% do volume total de embalagens com indisponibilidade são causados por 20 medicamentos, onde se incluem substâncias ativas como a furosemida e lorazepam.

No âmbito hospitalar, mais de 70% das unidades do Serviço Nacional de Saúde (SNS) enfrentam regularmente ruturas de medicamentos, de acordo com os novos dados do Índice Nacional do Acesso ao Medicamento Hospitalar, promovido pela Associação Portuguesa de Administradores Hospitalares, que conta com o apoio da OF e Associação Portuguesa de Farmacêuticos Hospitalares e coordenação científica da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa. O relatório revelado em Novembro que as ruturas de medicamentos ocorrem de forma regular em 73% das instituições: 32% são afetadas

por ruturas mensais, 23% semanais e 18% diárias. Em 27% dos casos, as ruturas dizem respeito a medicamentos genéricos. A grande maioria dos hospitais (86%) tem um departamento, núcleo ou pessoa responsável por solucionar os problemas relacionados com as ruturas, mas só em 27% é avaliado o impacto destas ruturas.

A maioria dos hospitais que responderam confessa que não faz comparações efetivas entre terapêuticas, em contexto de doentes em tratamento na instituição. Apenas 18% disse fazer uma recolha sistemática de dados sobre a qualidade de vida dos doentes que tomam determinado medicamento. A carga administrativa é a principal barreira ao acesso ao medicamento nos hospitais portugueses, que apontam ainda a falta de recursos para cumprir as regras de contratação pública, indica o estudo. O processo de aquisição via Serviços Partilhados do Ministério da Saúde e o modelo de financiamento dos medicamentos foram outras das

.....  
**Quase 75% das farmácias em Portugal reportaram, pelo menos, uma indisponibilidade de medicamentos, mas o número médio de embalagens indisponíveis por farmácia foi de 6.342**

barreiras apontadas pelos hospitais ao acesso ao medicamento.

Os dados recolhidos junto das unidades hospitalares do SNS mostram ainda que apenas 27% dos que responderam têm consulta farmacêutica, sendo que, nestes, ela existe "apenas para alguns doentes". As características do doente, a patologia e a terapêutica são os principais critérios de seleção dos doentes para a consulta farmacêutica.

# Farmácias com contributo decisivo para controlo da pandemia

**A pandemia de COVID-19 evidenciou o papel dos farmacêuticos comunitários no domínio da Saúde Pública. O seu contributo para o controlo da transmissão do SARS-CoV-2 continua ser determinante.**



O serviço de teste rápido de antígeno (TRAg) de uso profissional para o diagnóstico do SARS-CoV-2 desenvolvido pelas farmácias comunitárias durante a pandemia de COVID-19 contribuiu, de forma decisiva, para alargar a cobertura e aumentar o acesso da população à testagem e assim acelerar o diagnóstico, reduzir o número de infeções, internamentos e mortes.

O trabalho desenvolvido pelo Cefar - Centro de Estudos e Avaliação em Saúde foi apresentado publicamente a 15 de dezembro, no auditório da Associação Nacional das Farmácias (ANF), num evento que registou a presença do ministro da Saúde. Manuel Pizarro realçou o “papel insubstituível” das farmácias na resposta à pandemia. “Parece-me evidente que qualquer estratégia de saúde para Portugal, que sendo um país pequeno tem enormes diferenças regionais, só pode continuar a ter e a valorizar as farmácias como parceiras do SNS”, disse o ministro.

De acordo com os dados apresentados pela farmacêutica e investigadora

do Cefar, Sónia Romano, as farmácias portuguesas realizaram mais de 13 milhões de TRAg para diagnóstico da infeção por SARS-CoV-2. O serviço disponibilizado por 1.650 farmácias espalhadas pelo país iniciou-se em janeiro de 2021. Um ano depois, em janeiro de 2022, no pico da testagem em Portugal, as farmácias realizaram mais de 90% dos TRAg. O estudo demonstra ainda que a participação das farmácias na estratégia nacional de testagem permitiu alargar a cobertura do serviço a mais 74 concelhos (266 no total) e abranger 99,3% da população portuguesa, reduzindo para metade a distância média dos cidadãos ao local mais próximo para realização de TRAg.

“A participação das farmácias permitiu reduzir, com particular impacto, as desigualdades de acesso i) geográfico e em ii) horas por 1000 habitantes nos subgrupos de concelhos com menor densidade populacional (i) -38,1% e ii) -43,3%), maior índice de envelhecimento (i) -32,2% e ii) -51,3%) e menor

poder de compra *per capita* (i) -15,2% e ii) -54,6%)”, refere o estudo. Na análise aos ganhos em saúde, destacam-se os benefícios da realização de TRAg como complemento à testagem por PCR, que terá evitado 6,7% de mortes, 14,5% de casos de infeção e 7,4% dos dias de internamento, com um custo médio por teste bastante inferior.

A generalidade dos utentes reportou elevados níveis de satisfação com o serviço prestado nas farmácias, desde a localização, comunicação de resultados, confiança profissional e tempo de espera. “A inclusão das farmácias no esforço nacional de testagem, permitiu preencher lacunas geográficas e socioeconómicas na cobertura do território nacional como um todo, nos vários indicadores de acesso estudados. Sem as farmácias, a prestação deste serviço à população tem uma cobertura do território do continente com hiatos significativos, aumentando as desigualdades em grupos já por si mais vulneráveis da população”, concluem os investigadores.



# O fim das máscaras nas farmácias

**OF critica distinção das farmácias dos demais estabelecimentos prestadores de cuidados de saúde na decisão sobre eliminação da obrigatoriedade de uso de máscaras.**

A campanha de vacinação contra a COVID-19 e gripe sazonal integraram o plano delineado pela Direção-Geral da Saúde (DGS) para o outono-inverno 2022-2023, cuja proposta foi submetida à apreciação dos parceiros sociais. A Ordem dos Farmacêuticos (OF) enviou um conjunto de contributos às “Linhas Orientadoras para a COVID-19 e outras infeções por vírus respiratórios durante o Outono-Inverno 2022-2023”, defendendo que os “desafios da Saúde neste outono-inverno não estão circunscritos ao Serviço Nacional de Saúde (SNS)” e que deve ser “acautelada uma resposta nacional e centrada nas pessoas”.

A OF entende que o documento deveria oferecer uma visão mais abrangente sobre uma resposta global e integrada do sistema de saúde aos constrangimentos previsíveis durante o período do outono-inverno, como o aumento da procura por serviços de saúde e da indisponibilidade de recursos humanos. “As linhas orientadoras estão focadas no SNS e não nas pessoas”, considerou a OF, que sugeriu a intervenção de outros profissionais de saúde para alívio da pressão sobre o SNS e assim melhorar as respostas em saúde aos cidadãos.

“Todos não são demais para o desafio que o SNS enfrentará, particularmente, nesta época, pelo que não deve ser ignorado o potencial da rede de outros prestadores de cuidados de saúde que não integram o SNS”, considera a OF. “Os farmacêuticos, em diferentes níveis de cuidados, quer seja no setor público, no setor social ou no setor privado, são parte integrante dos processos assistenciais e de suporte, acrescentando valor para a pessoa, para os processos, para o sistema e para a sociedade”, acrescenta ainda.

A Ordem destaca, em especial, a omissão sobre o “papel das farmácias comunitárias, laboratórios de proximidade e distribuição farmacêutica nas várias dimensões do plano (vacinação, testagem, comunicação à população,

etc.) como estruturas complementares dos cuidados de saúde primários e hospitalares, que demonstraram ser fundamentais em anos anteriores, tanto na gripe como, mais recentemente na COVID-19”. Nestes termos, defende a continuidade do programa Vacinação SNS Local e vacinação de pessoas com idade igual ou superior a 65 anos, sem necessidade de apresentação de receita médica, à semelhança do que aconteceu no ano passado, com resultados evidentes para o aumento da cobertura vacinal. “As farmácias comunitárias são hoje essenciais para assegurar uma boa cobertura vacinal contra a gripe, facto que não pode estar omissão nas linhas orientadoras da Direção-Geral da Saúde de Portugal”, alerta a OF. Por outro lado, as farmácias comunitárias integram também a estratégia nacional de testagem contra a COVID-19 e devem continuar a realizar testes rápidos de antigénio participados, pelo menos durante o período do outono-inverno, continuando a fornecer um contributo decisivo no combate à pandemia e controlo da transmissão do SARS-CoV-2.

A OF insiste ainda na obrigatoriedade da utilização de máscara ou viseira nas farmácias comunitárias, à semelhança do que acontece em todos os restantes estabelecimentos prestadores de cuidados de saúde. Os farmacêuticos, a par de outros profissionais com atividades assistenciais fora do SNS, apresentam maior probabilidade de exposição aos vírus, podendo-se tornar, também eles, fonte de contágio e transmissão, razão pela qual devem também estar incluídos na lista de grupos prioritários para vacinação. “Proteger apenas profissionais do SNS não é suficiente para proteger a população mais vulnerável”, alerta a OF, explicando que “não há exclusividade de utentes entre setores”. “Os utentes do SNS são os mesmos que realizam meios complementares de diagnóstico e terapêutica

.....

**Os farmacêuticos, a par de outros profissionais com atividades assistenciais fora do SNS, apresentam maior probabilidade de exposição aos vírus, podendo-se tornar, também eles, fonte de contágio e transmissão, razão pela qual também foram incluídos na lista de grupos prioritários para vacinação.**

nos laboratórios de proximidade e que levantam a sua medicação nas farmácias comunitárias”, acrescenta. Neste âmbito em concreto, a OF volta também a sublinhar a urgência na definição de um modelo complementar de dispensa em proximidade dos medicamentos hospitalares, sobretudo os medicamentos disponíveis para COVID-19 ligeira-a-moderada, através da rede de farmácias comunitárias. Do mesmo modo, insiste ainda na necessidade de consolidar mecanismos para a renovação da terapêutica crónica, por farmacêuticos, de forma protocolada, permitindo libertar os médicos dos cuidados de saúde primários de procedimentos burocráticos e morosos e melhorar a adesão à terapêutica.

No final do seu parecer, a OF reitera a disponibilidade para colaboração na implementação da estratégia nacional que for definida, disponibilizando as suas plataformas e ferramentas para apoiar a estratégia de comunicação da DGS com os profissionais de saúde e a sociedade.

## Uma greve histórica dos farmacêuticos do SNS

**Pela primeira vez na história da profissão, os farmacêuticos que trabalham nas unidades do SNS concretizaram um pré-aviso de greve para evidenciar as injustiças do processo de regulamentação da Carreira Farmacêutica no SNS e, de um modo geral, o desinvestimento na Farmácia Hospitalar.**

Foi a primeira vez que os farmacêuticos do Serviço Nacional de Saúde (SNS) concretizam um de vários pré-avisos que vinham apresentando desde 2017, quando foi finalmente instituída uma Carreira Farmacêutica no SNS, depois de quase 20 anos de reivindicação. A greve realizada nos dias 25 e 26 de outubro e 15 e 16 de novembro resulta de um descontentamento face aos atrasos na reposição de várias injustiças provocadas pelo processo de regulamentação da Carreira Farmacêutica no SNS. Aos problemas de remuneração e progressão na carreira, aliam-se inúmeros entraves no acesso e equiparação à Residência Farmacêutica e no reconhecimento das especialidades já atribuídas pela OF, que condicionam fortemente o desenvolvimento profissional destes farmacêuticos.

Várias outras injustiças vêm sendo reportadas por estes profissionais, espelhadas aliás no Manifesto assinado por quase duas centenas de farmacêuticos, mas também nos pedidos de exclusão de responsabilidade que a Ordem dos Farmacêuticos (OF) tem vindo a receber de farmacêuticos de várias unidades públicas de saúde. Para o Sindicato Nacional dos Farmacêuticos (SNF), a situação tornou-se “insustentável”. Entre as reivindicações apresentadas no pré-aviso de greve esteve exatamente este “reconhecimento e homologação dos títulos de especialista atribuídos pela OF” e a resolução dos problemas resultantes do atraso na regulamentação da carreira, que impediram mais de uma centena de farmacêuticos aceder à especialidade. Para o Sindicato, todas as unidades do SNS devem adequar o número de farmacêuticos às necessidades e complexidade das atividades desenvolvidas, comprometendo-se a denunciar falhas de segurança no circuito do medicamento hospitalar, bem como a “precariedade”, a “falta de estabilidade” e as “más condições de

trabalho nos serviços farmacêuticos hospitalares”.

**“Enquanto vivermos nesta situação, haverá sempre farmacêuticos e instituições que os representam que vão assumir posições firmes, para garantir a qualidade e a segurança do serviço que prestam à população”, defende o bastonário.**

O bastonário da OF, Helder Mota Filipe, disse compreender as razões invocadas para a greve. “O descontentamento tem vindo a crescer vertiginosamente. Remonta ao período pré-pandemia. Protelou-se durante a pandemia. Mas agrava-se a cada dia, com o adiamento sucessivo da resolução de vários problemas e injustiças de que são alvo”, explicou. “As matérias relacionadas

com a remuneração e progressão na carreira são eminentemente sindicais, em que a OF não deve, nem pretende intervir. No entanto, os farmacêuticos de todo o país e de todas as áreas profissionais compreendem o que está em causa, com a desvalorização das suas funções e responsabilidades”, sublinha o responsável da OF. “Há muito que alertamos para a falta de recursos humanos farmacêuticos no SNS. As necessidades estão identificadas e o Ministério da Saúde conhece este número: são mais de 250 profissionais em falta nos Serviços Farmacêuticos hospitalares”, alerta o bastonário. “Há uma sobrecarga de trabalho evidente, com equipas reduzidas, horas extraordinárias intermináveis, instalações degradadas e equipamentos obsoletos. Vários fatores que condicionam a atividade destes profissionais e que ameaçam a segurança e a integridade do circuito do medicamento hospitalar”, denuncia ainda. “Enquanto vivermos nesta situação, haverá sempre farmacêuticos e instituições que os representam que vão assumir posições firmes, para garantir a qualidade e a segurança do serviço que prestam à população”, defende o bastonário.

### **OF avalia necessidades formativas dos candidatos à Prova de Ingresso na Residência Farmacêutica**

A Ordem dos Farmacêuticos (OF) realizou um questionário a todos os participantes na primeira Prova de Ingresso na Residência Farmacêutica (PIRF), que decorreu no final do mês de setembro, em Lisboa, Porto, Coimbra, Funchal e Ponta Delgada. O inquérito desenvolvido pela Secção Regional do Sul e Regiões Autónomas foi enviado aos 316 candidatos farmacêuticos e teve como principal objetivo perceber os seus hábitos de estudo e necessidades formativas.

O questionário composto por 20 perguntas visa fundamentalmente a caracterização sociodemográfica dos candidatos, além de solicitar uma apreciação global sobre a prova. Os resultados vão permitir uma reflexão mais aprofundada sobre as necessidades formativas dos farmacêuticos que se candidatam à PIRF, tendo também em vista o eventual desenvolvimento de programas formativos que os apoiem nesta importante etapa do seu percurso de desenvolvimento profissional.



## Nova farmácia hospitalar no CHVNGE

O ministro da Saúde, Manuel Pizarro, e o bastonário da Ordem dos Farmacêuticos, Helder Mota Filipe, inauguraram as novas instalações dos Serviços Farmacêuticos do Centro

Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho (CHVNGE), que funcionavam há vários anos num pavilhão provisório. Com uma área de 1.350 metros quadrados, a farmácia integra o Novo

Edifício Hospitalar, representando um investimento de cerca de três milhões de euros.

Em comunicado, o CHVNGE explica que a farmácia está dotada de novos equipamentos, como as duas câmaras de fluxo laminar, salas limpas de pressão positiva e negativa e isolador para citotóxicos.

Os Serviços Farmacêuticos situam-se no centro da Unidade I, facilitando a resposta logística, que é coadjuvada pelo novo sistema de transporte pneumático, reduzindo os tempos de entrega na área de cuidados intensivos, urgência, bloco operatório e internamentos. “Esta obra representa mais um passo na finalização do NEH, no qual se encontram já a decorrer as obras que irão permitir criar uma área de internamento para doentes cirúrgicos e de infecciosologia com quartos de isolamento, numa área superior a 7.000 metros quadrados”, disse o hospital em comunicado.

## Normas profissionais para novos serviços farmacêuticos

**OF está a desenvolver dois novos normativos profissionais para apoiar a implementação dos serviços de dispensa de medicamentos hospitalares em proximidade e de renovação da terapêutica crónica.**

O Orçamento de Estado para 2023 prevê a implementação de dois novos serviços farmacêuticos há muito reclamados pelos utentes e que foram alvo de projetos-piloto em vários pontos do país: a dispensa de medicamentos de uso exclusivo hospitalar em regime de proximidade e a renovação da terapêutica a doentes crónicos, serviços que ganharam particular relevância e expressão durante a pandemia de COVID-19. A OF assumiu o compromisso de desenvolver novos referenciais técnicos para a implementação destes novos serviços farmacêuticos em unidades de saúde de proximidade.

O OE para 2023 fala claramente na promoção da intervenção das farmácias comunitárias na promoção da saúde e prevenção da doença, “em especial no seu papel de estruturas de proximidade”. Para a área do medicamento, aponta ainda como prioridades a eficiência nos processos de compra centralizada de medicamentos e dispositivos médicos, a prescrição e dispensa de opções terapêuticas mais custo efetivas (medicamentos genéricos e biossimilares) e o desenvolvimento de instrumentos de apoio aos prescritores, como de normas de orientação clínica, entre outras.

O tema tem sido analisado com o Ministério da Saúde nas sucessivas reuniões realizadas com os dirigentes da OF, durante as quais têm sido analisadas políticas e medidas dirigidas ao setor da Saúde e à atividade farmacêutica em particular. O ministro da Saúde assegurou o empenho da tutela na concretização destes novos serviços e referiu ainda a intenção de implementar também um serviço de revisão da terapêutica, destacando a relevância da intervenção farmacêutica na prestação de serviços de proximidade e o impacto que os mesmos têm nas pessoas. Neste domínio, o bastonário insistiu ainda no tema do acesso aos dados em saúde por farmacêuticos, referindo que a qualidade e segurança destes novos serviços farmacêuticos está diretamente relacionada com a disponibilidade de acesso dos farmacêuticos aos registos de saúde eletrónicos dos seus utentes, mediante o seu natural consentimento.

Entre os temas abordados pelos dirigentes da OF esteve também a Carreira Farmacêutica no Serviço Nacional de Saúde (SNS), nomeadamente a necessidade de regularizar situações suscitadas pelos atrasos na regulamentação da Carreira Farmacêutica e assim repor

os princípios de igualdade e equidade no acesso a uma carreira especial na área da Saúde, principalmente nos processos de equiparação à Residência Farmacêutica e reconhecimento mútuo das especialidades atribuídas pela OF e pelo Ministério da Saúde, tendo o ministro da Saúde manifestado o interesse do Ministério da Saúde em ultrapassar essas questões.

Os dirigentes da OF têm vindo também a reunir assiduamente com a nova direção executiva do SNS, liderada pelo ex-secretário de Estado da Saúde, Fernando Araújo. Esta nova estrutura foi apresentada publicamente pelo primeiro-ministro e ministro da Saúde, numa sessão realizada no auditório do Infarmed, em Lisboa. Desde então, realizaram-se várias reuniões de trabalho entre as duas entidades, nomeadamente sobre a implementação de dois novos serviços farmacêuticos previstos no Orçamento de Estado para 2023, bem como sobre a próxima campanha de vacinação contra a gripe sazonal, que deverá também incluir a participação das farmácias na vacinação contra a COVID-19.



# Farmacêuticos não devem realizar procedimentos estéticos

**OF tem recebido vários pedidos de informação sobre a realização de procedimentos estéticos por farmacêuticos. Parecer sublinha que não estão incluídos no ato farmacêutico.**



A Ordem dos Farmacêuticos (OF) enviou à Entidade Reguladora da Saúde um parecer sobre a execução de procedimentos estéticos por farmacêuticos. A OF considera que o ato farmacêutico não contempla intervenções no domínio da estética e explica também que a Competência Farmacêutica em Administração de Vacinas e Medicamentos Injetáveis confere habilitações para a administração de medicamentos injetáveis, por via subcutânea e intramuscular, e vacinas não incluídas no Plano Nacional de Vacinação, pelo que as formações reconhecidas pela OF neste âmbito não abrangem as intervenções na zona facial.

A posição assumida pela OF está suportada na análise realizada pelos Conselhos dos Colégio de Especialidade de Assuntos Regulamentares (CCEAR-OF) e de Farmácia Comunitária (CCEFC-OF), que sustentam a falta de enquadramento das intervenções e procedimentos estéticos no ato farma-

cêutico. Para a OF, os procedimentos estéticos, independentemente da sua natureza (ex.: administração de ácido hialurónico e de toxina botulínica, mesoterapia/intradermoterapia, preenchimento cutâneo com fillers dérmicos, aplicação de fios tensores/fios de dermossustentação, peeling químico, pressoterapia, criolipólise, entre outras) não têm enquadramento na intervenção matricial do farmacêutico, assente na prevenção, diagnóstico e tratamento da doença, pelo que estão também excluídos do ato farmacêutico.

No parecer enviado à ERS, destaca-se que alguns dispositivos médicos contendo ácido hialurónico especificam inequivocamente o médico como profissional de saúde habilitado para a sua utilização e administração. Por outro lado, a utilização de toxina botulínica depende também de avaliação prévia da condição do doente por parte do médico, que a prescreve como "Medicamento Sujeito a Receita Médica" ou "Medicamento de Receita

Médica Restrita", devendo ser apenas administrada por médicos com qualificações, experiência e conhecimentos adequados sobre o tratamento e utilização do equipamento necessário.

A OF recorda ainda que a Portaria n.º 1429/2007 consagrou a possibilidade de administração de medicamentos e vacinas não incluídas no PNV por profissionais legalmente habilitados, entre os quais estão os farmacêuticos com a respetiva competência reconhecida pela OF. Neste contexto, a Ordem definiu também os requisitos mínimos para a formação que visa habilitar os farmacêuticos para administração de medicamentos por via subcutânea e intramuscular, que são adequadas para a maioria das vacinas e medicamentos injetáveis disponíveis em ambulatório, não estando contemplada qualquer abordagem na zona facial.

Deste modo, a OF não reconhece qualquer procedimento estético como Ato Farmacêutico, pelo que o farmacêutico não os deve realizar.

## Ordem realça incompatibilidades na transposição do regulamento europeu de medicamentos veterinários

O Ministério da Agricultura e Alimentação está a preparar a transposição para o ordenamento jurídico nacional do Regulamento (UE) n.º 2019/6, relativo aos medicamentos veterinários, que entrou em vigor no início de 2022, a 28 de janeiro. Para o efeito, constituiu um Grupo de Trabalho com várias entidades públicas, Ordens profissionais e associações setoriais para analisar as diferentes implicações da nova regulamentação. A versão final da proposta de diploma do Governo foi agora remetida aos membros do Grupo de Trabalho para pronúncia e comentários.

A Ordem dos Farmacêuticos (OF) enviou ao Ministério da Agricultura e da Alimentação um parecer sobre a proposta de transposição para o direito interno do novo regulamento europeu sobre medicamentos de uso veterinário. A nova regulamentação visa "aumentar a disponibilidade de medicamentos veterinários no mercado nacional, estabelecer regras para o circuito comercial de medicamentos veterinários, incluindo a venda à distância, bem como criar as ferramentas necessárias para a monitorização e controlo do uso prudente de antimicrobianos em animais, em consonância com a abordagem «Uma só saúde»".

O parecer enviado pela OF recorda que o documento desenvolvido inicialmente pelo Grupo de Trabalho constituído pelo Ministério da Agricultura e da Alimentação omite diversos temas que os farmacêuticos consideram fulcrais. A OF apresenta agora várias preocupações sobre a proposta de diploma, desde logo na sua constitucionalidade, por violação do princípio da igualdade, dado o tratamento dispar quanto à atividade de venda de medicamentos veterinários em farmácias comunitárias e nos postos de venda de medicamentos veterinários. As primeiras, recorda a OF, estão sujeitas a um regime jurídico que define regras de funcionamento, instalações e

supervisão a cargo do Infarmed, entre outros aspetos; os segundos, acrescenta, não apresentam estes requisitos nem outros semelhantes, estando sob supervisão da Direção-Geral de Alimentação e Veterinária.

A OF considera, por isso, que existe uma diferenciação arbitrária numa atividade semelhante, seja ela realizada em farmácias comunitárias ou em postos de venda de medicamentos veterinários, agravada pelo facto de serem fiscalizadas por entidades públicas diferentes. Nos termos da proposta de diploma remetida aos parceiros, os médicos veterinários podem prescrever e, simultaneamente, assumir a direção técnica destes postos, não ficando salvaguardada a diferenciação entre os atos de prescrição e dispensa, nem a compatibilidade com interesses económicos. Deste modo, a OF defende a incompatibilidade entre o exercício da atividade médico-veterinária com as funções de direção técnica dos postos, assegurando assim a ética e deontologia profissional no exercício de ambas as funções.

No mesmo sentido, a OF questiona a razão para se ter excluído a obrigação de um responsável técnico pelos Locais de Venda de Medicamentos Veterinários Não Sujeitos a Receita Médico-Veterinária, o que anula todos os esforços na promoção do uso racional de medicamentos, incluindo medicamentos de uso veterinário.

A OF considera também que não devem ser cedidos medicamentos aos detentores dos animais no ato de assistência clínica, pelas mesmas razões de incompatibilidade ética e deontológica. Lamenta ainda que seja autorizada a aquisição direta de medicamentos veterinários por explorações pecuárias, o que também invalida os esforços na promoção do uso responsável dos medicamentos. E manifesta-se contra as exceções que permitam a cedência ou dispensa de medicamentos veterinários fora das suas embalagens originais, intactas e

não violadas, não só para garantia da qualidade dos produtos como para a sua rastreabilidade.

Em conclusão, a OF considera que a proposta de diploma "é um articulado legislativo fragmentado", que não responde ao conceito «One Health», não garante a segurança do circuito do medicamento veterinário, o seu uso racional e responsável, nem a proteção da saúde pública, humana e animal.

.....

**A Ordem dos Farmacêuticos enviou ao Ministério da Agricultura e da Alimentação um parecer sobre a proposta de transposição para o direito interno do novo regulamento europeu sobre medicamentos de uso veterinário.**



## 30 anos de medicamentos genéricos em Portugal

8 de julho de 1992 foi o dia que marcou o início da comercialização dos primeiros medicamentos genéricos no mercado português: um antibiótico e um medicamento para o sistema nervoso central. Dez anos depois, em 2002, representavam apenas 1% das vendas, que foram sendo impulsionadas com medidas como a majoração na comparticipação, os tribunais de patentes ou a prescrição por denominação comum internacional, entre outras. Foi, no entanto, a confiança dos utentes e dos profissionais que potenciou o crescimento deste mercado, que hoje representa quase 50% das vendas de medicamentos no nosso país, embora ainda abaixo da média europeia (70%). Só nos últimos dez anos, terão permitido uma poupança equivalente a dois anos de encargos do Estado com medicamentos, ou seja, cerca de cinco mil milhões de euros, estima a Associação Portuguesa de Medicamentos Genéticos e Biossimilares (Apogen).

O bastonário da Ordem dos Farmacêuticos (OF), Helder Mota Filipe, lembra o arranque intermitente na utilização destes medicamentos. “A entrada não foi com muito entusiasmo, nem muito auspiciosa”, recorda. Portugal não tinha medicamentos genéricos, mas cópias de medicamentos originais que não tinham de demonstrar o que hoje é obrigatório: a bioequivalência. Ao longo de mais de uma década no Conselho Diretivo do Infarmed, o agora bastonário esteve profundamente envolvido na implementação de medidas e campanhas de promoção da utilização dos medicamentos genéricos. “Criou-se por parte dos interesses instalados - e é normal - das companhias que estavam no mercado e dos próprios profissionais uma barreira com desconfiâncias, algumas delas eram sérias e verdadeiras”, acrescenta. “Cada vez que entrava ou se preparava para entrar um genérico, o titular do [medicamento] original entrava com uma providência cautelar que demorava muitos anos a ser resolvida”, recorda ainda o bastonário.

Ao longo dos anos, as dúvidas e desconfiâncias dos portugueses foram-



-se dissipando, mas para o bastonário continua a ser importante “explicar aos profissionais de saúde e aos doentes a importância dos medicamentos genéricos, a qualidade e a eficácia que têm, que são iguais à do original, que aumentam a sustentabilidade e paga menos o doente e paga menos o sistema”. Para o representante dos farmacêuticos não existem razões para que, passados 30 anos, se continuem a alimentar dúvidas sobre a qualidade, segurança e eficácia dos medicamentos genéricos, colocando assim em causa todo o trabalho que é realizado pelas autoridades do medicamento. “É uma irresponsabilidade e é uma má prática do ponto de vista dos profissionais”, considera. “Há muitos profissionais que são irresponsáveis quando dizem isto, porque se têm dúvidas genuínas, a primeira coisa que têm que fazer é reportar ao sistema de farmacovigilância que tem uma dúvida, porque o medicamento não está a atingir o objetivo que era proposto ou porque

o doente não respondeu da forma adequada”, defendeu ainda.

De acordo com os dados divulgados pelo Infarmed, embora a quota de utilização tenha aumentado de forma constante até 2014, verifica-se uma estabilização nos últimos anos, com uma quota de 48,8%, no mercado total, em 2021 (calculada com base no número de unidades dispensadas nas farmácias). Apesar desta estabilização, o número de unidades dispensadas apresenta um aumento ao longo dos anos, com uma média de 260 milhões de unidades dispensadas por mês nos últimos 12 meses, o equivalente a cerca de 6,2 milhões de embalagens.

Os genéricos pertencentes ao grupo terapêutico do aparelho digestivo, os medicamentos usados em afeções cutâneas e no aparelho cardiovascular foram os que apresentaram uma maior representatividade de utilização em 2021, com quotas de utilização de 74,3%, 72,9% e 61%, respetivamente. A quota de utilização de genéricos no

mercado concorrencial atingiu em 2021 o valor de 63,4%, que corresponde à percentagem de unidades dispensadas de genéricos no conjunto de unidades dispensadas de medicamentos em que as substâncias ativas possuem genéricos comercializados.

Também a Apogen estima que a utilização de medicamentos genéricos no nosso país tenha permitido uma poupança superior a cinco mil milhões

de euros desde 2011. A associação adverte para os problemas e impacto da guerra nos custos industriais e das matérias-primas. “Já antes da pandemia, deparávamo-nos com imensos problemas e começou a haver bastantes ruturas”, destaca a presidente da Apogen, Maria do Carmo Neves. “A inflação está-nos a trazer custos industriais que não são absorvidos, nem nunca foram absorvidos, no preço

do medicamento, o que quer dizer que quem fabrica, quem desenvolve, e comercializa que já tinha margens pequenas, as margens desapareceram. Isto quer dizer que vamos ter ruturas se nada for feito em termos de tutela”, alertou a responsável, defendendo que o preço dos medicamentos genéricos deve absorver estes custos, tal como tem vindo a acontecer na alimentação.

## Dia Mundial da Segurança do Doente dedicado à "Segurança da Medicação"

Dia 17 de setembro assinalou-se o Dia Mundial da Segurança do Doente, dedicado à “Segurança da Medicação”. A Ordem dos Farmacêuticos (OF) aderiu às comemorações, participando ativamente em diversas iniciativas de várias entidades ligadas ao setor, testemunhando o exemplo do contribuinte farmacêutico para a qualidade, eficácia e segurança dos medicamentos. Os farmacêuticos têm intervenção direta na garantia da segurança de toda a cadeia e ciclo de vida dos medicamentos. Na investigação, nos ensaios, na aprovação, na produção, na distribuição e dispensa e na monitorização da sua utilização.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde, as más práticas na saúde e erros de medicação são as principais causas de problemas evitáveis nos cuidados de saúde em todo o mundo. Por outro lado, os erros de medicação ocorrem quando sistemas de saúde fracos e fatores humanos afetam a prescrição, distribuição, administração, dispensa e monitorização, podendo levar a consequências graves, como incapacidade ou mesmo a morte.

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico indica ainda que as falhas na segurança que desencadeiam hospitalizações representam 6% do total de dias de internamento hospitalar (camas) e mais de

7 milhões das admissões hospitalares. Estima-se que estas falhas representem 2,5% das despesas em saúde dos cuidados primários e ambulatoriais, sendo as falhas mais prejudiciais para o doente os erros relacionados com o diagnóstico, a prescrição e o uso de medicamentos.

Importa ainda refletir sobre o crescimento exponencial de doentes polimedicados em Portugal, que apresentam um maior risco nos cuidados

primários e em ambulatório, existindo estudos que demonstram que um acompanhamento próximo poderá traduzir-se em menores custos para o sistema de saúde e diminuir os riscos associados. Desta forma, a intervenção dos farmacêuticos é fundamental na promoção da correta utilização do medicamento, evitando interações e efeitos adversos, quer a nível hospitalar quer a nível comunitário, contribuindo para a segurança da população.



Dia Mundial da  
**Segurança do  
Doente**

**Medicação sem Danos**

World Health Organization  
MEDICATION WITHOUT HARM  
fip  
DGS  
World Patient Safety Day 17 September

# Três novos Conselhos Consultivos da Ordem

A Direção Nacional da Ordem dos Farmacêuticos (OF) tem vindo a nomear os Conselhos Consultivos que vão apoiar a sua atividade durante o presente mandato em vários domínios da intervenção da OF. Qualificação, admissão, cooperação e juventude são as primeiras áreas a iniciar trabalhos com uma vasta agenda e temas para análise e parecer.

O Conselho de Qualificação e Admissão (CQA-OF) é um órgão consultivo da Direção Nacional, que integra docentes universitários e profissionais de reconhecido mérito nas diferentes áreas da atividade farmacêutica. Atualmente, é presidido pela farmacêutica Paula Dias de Almeida, ex-presidente do Conselho do Colégio de Especialidade de Farmácia Hospitalar da OF. A sua composição integra outros 14 membros provenientes das faculdades que lecionam o Mestrado Integrado em Ciências Farmacêuticas, dos Conselhos dos Colégios de Especialidade e dos Grupos Profissionais da OF.

O CQA-OF é responsável pela definição e execução do sistema de Desenvolvimento Profissional Contínuo, que envolve a avaliação e creditação regular de atividades formativas realizadas por farmacêuticos. O CQA-OF propõe ainda a atribuição de níveis de qualificação profissional, como as Especialidades e Competências Farmacêuticas também os critérios e condições para a atribuição.

O novo Conselho Nacional para a Cooperação da Ordem dos Farmacêuticos reuniu pela primeira vez a 9 de setembro. Enquanto órgão consultivo da Direção Nacional, o NCoop-OF é constituído por oito farmacêuticos de diversas áreas profissionais, sendo atualmente presidido pela farmacêutica Carla Djamila Reis, diretora executiva da Associação de Farmacêuticos dos Países de Língua Portuguesa.

Este conselho tem como objetivo incentivar o desenvolvimento e a afirmação das organizações profissionais de farmacêuticos nos países de língua oficial portuguesa e tem neste momento em curso dois projetos de colaboração, no âmbito

de formação e capacitação, com duas entidades moçambicanas, o Instituto Superior de Ciências e Tecnologia de Moçambique (Isctem) e a Associação de Farmacêuticos de Moçambique (Afarmo). A estes junta-se o projeto BERC-Luso, que se encontra na sua fase terminal e que tem como objetivo reforçar e desenvolver a capacidade regulamentar na área dos ensaios

clínicos e da ética biomédica nos países africanos lusófonos.

O Conselho de Jovens Farmacêuticos (CJF-OF) é presidido pelo farmacêutico Bruno Macedo, inclui 18 jovens farmacêuticos de diversas regiões e áreas de exercício profissional, representantes da Associação portuguesa de Jovens Farmacêuticos e da Associação Portuguesa de Estudantes





de Farmácia. O novo conselho pretende mobilizar os farmacêuticos em início de carreira, com menos de 35 anos, para participar nas atividades da OF, através da discussão de assuntos relevantes para a profissão, traçando uma perspetiva para o futuro da profissão e da Ordem.

Durante este mandato, o CJF-OF pretende ainda caracterizar o perfil dos farmacêuticos mais jovens, diagnosticar as suas ambições e preocupações com a profissão e propor estratégias para reforçar a ligação dos jovens farmacêuticos atuais e futuros à OF.



## Assembleia Geral aprovou propostas da Direção Nacional



A Assembleia Geral da Ordem dos Farmacêuticos (OF) para apreciação do Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2023 realizou-se a 13 de dezembro, no Hotel Sana Metropolitan, em Lisboa, com transmissão em direto para todos os farmacêuticos através da Secretaria Online da OF. As condições meteorológicas dificultaram a deslocação e participação presencial de vários delegados à assembleia, pelo que a Mesa da Assembleia Geral colocou à votação dos delegados presentes a possibilidade de participação dos restantes colegas por videoconferência, que foi aprovada por unanimidade. Entre os temas analisados pelos delegados eleitos nas Assembleias Regionais que a antecederam, estiveram o Regimento da Assembleia Geral, que permite e define, doravante, o funcionamento das reuniões num formato híbrido, a proposta de Regulamento de Remuneração dos

Cargos Executivos nos Órgãos da OF, que esteve em Consulta Pública até meados de abril, e o Plano de Atividades e Orçamento para 2023. O Regulamento de Remuneração de Cargos Executivos nos Órgãos da OF era o único regulamento interno pendente de aprovação, nos termos da última revisão estatutária (Lei n.º 131/2015, de 4 de setembro), que foi redigido tendo por base a realidade que se verifica já hoje nas diversas Ordens profissionais que remuneram os titulares dos seus órgãos executivos pelo exercício de funções.

O bastonário da OF, Helder Mota Filipe, esclareceu as questões levantadas pelos delegados relativas a estes temas e ao Plano de Atividades da instituição para o ano de 2023, também ele aprovado por unanimidade, tal como o Orçamento para 2023.

## Bastonário tomou posse como membro do CNECV

O bastonário da Ordem dos Farmacêuticos (OF), Helder Mota Filipe, tomou posse como membro do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida (CNECV), em substituição da sua antecessora, Ana Paula Martins. O despacho de substituição foi publicado a 20 de maio, concretizando-se agora também a substituição do membro indicado pela Ordem dos Enfermeiros, representada por Lurdes Martins.

O ato de posse dos novos membros do CNECV decorreu na Sala de Visitas da Presidência da Assembleia da República, a par da posse dos novos membros do Conselho de Julgados de

Paz, o farmacêutico Ricardo Fernandes, presidente da Câmara Municipal do Bombarral, indicado pela Associação Nacional de Municípios Portugueses, e da Comissão Nacional de Proteção de Dados, a procuradora-geral adjunta, Maria da Conceição Lourenço Martins Correia Diniz.

Com a tomada de posse dos novos membros, volta a estar completa a composição dos membros do 6.º mandato do CNECV, que regista a participação de dois farmacêuticos: Helder Mota Filipe, bastonário da OF, e Carlos Maurício Barbosa, bastonário da OF entre 2009 e 2015.



# Novo secretário-geral da OF

A Ordem dos Farmacêuticos (OF) tem um novo secretário-geral. O farmacêutico Ricardo Santos sucede no cargo ao colega Jorge Batista, que abraça um novo desafio profissional em Bruxelas, integrando a equipa executiva do Grupo Farmacêutico da União Europeia (PGEU). O novo secretário-geral da OF iniciou funções a 1 de setembro, assumindo a gestão executiva de toda a estrutura da OF e acompanhamento do bastonário e demais órgãos sociais da OF. Ricardo Santos regressa à OF depois de uma passagem pela Associação Nacional das Farmácias (ANF), onde

esteve desde 2019, como chefe de gabinete de gabinete da direção. A sua primeira experiência na instituição que representa os farmacêuticos portugueses iniciou-se em 2014, como secretário-geral adjunto, cargo que ocupou durante cinco anos, até ao ingresso na ANF. Mestre em Ciências Farmacêuticas pela Universidade do Algarve, desde 2014, Ricardo Santos teve a sua primeira experiência profissional na Groquifar – Associação de Grossistas de Produtos Químicos e Farmacêuticos, antes de ingressar pela primeira vez na OF.



# Ordem e Academia debatem ensino e profissão

A Ordem dos Farmacêuticos (OF) reuniu as faculdades portuguesas que lecionam o Mestrado Integrado em Ciências Farmacêuticas (MICF) para analisar o ensino e a formação farmacêutica nos diferentes ramos profissionais. Profissionais e académicos debateram estratégias para criar sinergias entre a OF, os académicos e os estudantes. O encontro realizado na sede provisória da OF, em Lisboa, registou a participação de representantes das faculdades que lecionam o MICF no nosso país, algumas das quais por via remota. Em linha com as prioridades identificadas para o presente mandato dos órgãos sociais da OF, a reunião com os representantes da Academia visa o desenvolvimento de propostas

e soluções para promover o MICF e a profissão farmacêutica junto dos estudantes.

Entre os temas em análise, esteve também o programa formativo da Residência Farmacêutica, cuja primeira edição inicia em janeiro de 2023, visando a especialização dos farmacêuticos em três áreas profissionais: Análises Clínicas, Farmácia Hospitalar e Genética Humana. O bastonário sublinhou também como prioridade a aproximação da Ordem aos académicos e aos próprios estudantes, que um dia serão farmacêuticos, explicando que a força de uma profissão se vê também pela capacidade de agregar e mobilizar os

seus profissionais, num sentido de comunidade que deve ser preservado e estimulado. Durante esta reunião, foi ainda analisado o processo de reconhecimento específico de habilitações estrangeiras nas faculdades portuguesas, muito particularmente de farmacêuticos ucranianos com estatuto de refugiado, mas, de um modo geral, para todos os farmacêuticos que concluíram a sua formação superior em países estrangeiros. No final da reunião, o bastonário da OF destacou o novo programa extraordinário para ingresso e reingresso de membros, como forma de estimular a aproximação dos farmacêuticos e diplomados em Ciências Farmacêuticas à sua Ordem profissional.



# Nova Associação Portuguesa de Farmacêuticos para a Comunidade

O bastonário da Ordem dos Farmacêuticos (OF) esteve reunido com os representantes da recém-criada Associação Portuguesa de Farmacêuticos para a Comunidade (APFPC), presidida pelo farmacêutico Bruno Guerreiro, que esteve acompanhado por Ana Ferreira, tesoureira, e Manuela Jesus, vogal do conselho fiscal.

A nova associação junta farmacêuticos que exercem a sua atividade no contexto da comunidade e tem como objetivo a valorização da profissão,

a promoção da literacia em saúde e o desenvolvimento de formação prática e útil, através da capacitação dos profissionais e desenvolvimento de projetos e ações de intervenção profissional.

A reunião, que serviu para apresentação de cumprimentos formais, incluiu também a partilha de ideias e opiniões relevantes para o alinhamento de ambas as instituições nos principais desafios que atualmente os farmacêuticos enfrentam.



# Nova Sociedade Científico-Profissional de Farmácia Comunitária Iberoamericana



Foi formalmente apresentada em Barcelona, no dia 1 de dezembro, a nova Sociedade Científico-Profissional de Farmácia Comunitária Iberoamericana (SOCFIC), que reúne farmacêuticos e profissionais de farmácia comunitária de todos os países ibero-americanos (Portugal, Espanha, América do Sul, Central e Caraíbas). Portugal ocupa um dos lugares da vice-presidência, a cargo do professor da Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto, Carlos Maurício Barbosa, bastonário da Ordem dos Farmacêuticos entre 2009 e 2015. A nova sociedade tem como objetivo o desenvolvimento da prática clínica

e assistencial na farmácia comunitária iberoamericana, promovendo serviços e cuidados farmacêuticos e de saúde pública e a aplicação do conhecimento científico à prática clínica. “A sociedade persegue o desenvolvimento científico e profissional da farmácia comunitária, assim como impulsionar a prática clínica em farmácia, contribuir para o intercâmbio de conhecimentos científicos e experiência profissional entre farmacêuticos que desenvolvem a atividades de atenção direta ao utentes e representar os farmacêuticos comunitários ibero-americanos junto das associações, organizações

científicas internacionais e perante organismos governamentais nacionais e supranacionais, entre outros”, explica o presidente da SOCFIC, Jesús Carlos Gómez. O ato de apresentação pública da nova sociedade ocorreu no Colégio de Farmacêuticos de Barcelona. Tomaram posse o presidente, Jesús Carlos Gómez, e os vice-presidentes Fernando Martinez, professor da Universidade de Granada, e Carlos Maurício Barbosa. Além das linhas gerais de intervenção da sociedade, foi também anunciado o I Congresso Iberoamericano para os dias 9 e 10 de junho, em Barcelona.



**DESTAQUE**

# 50 anos como Ordem

23 de agosto de 1972 é a data da publicação dos primeiros estatutos da OF, aprovados pelo pai do atual Presidente da República, Baltasar Rebelo de Sousa, então ministro das Corporações e Previdência Social.

O Decreto-Lei n.º 335/72, de 23 de agosto, que aprova o primeiro Estatuto da Ordem dos Farmacêuticos (OF), deu resposta a uma ambição dos farmacêuticos com várias décadas, que há muito exigiam a constituição da sua Ordem profissional, tal como acontecera com os advogados (1926), engenheiros (1936) e médicos (1938). As origens daquela que é a quarta Ordem profissional portuguesa mais antiga são bem anteriores a 1972. Remontam a 1835, quando um grupo de 36 farmacêuticos motivados pelas novas correntes políticas liberais, e sob a proteção da rainha D. Maria II, reúne na Botica do Hospital de São José, em Lisboa, para fundar a Sociedade Farmacêutica de Lisboa, que três anos depois, com influência por todo o país muda a designação para Sociedade Farmacêutica Lusitana.

Em 1929, o Estado Novo Corporativo exige às sociedades científicas e às associações profissionais a sua transformação em sindicatos, sob pena de serem extintas caso não o aceitem. Os farmacêuticos reagem negativamente a esta imposição e exigem a sua transformação em Ordem, à semelhança dos advogados e dos médicos, no entanto, tal pretensão não é aceite pelo Estado e a Sociedade é encerrada, voltando posteriormente à atividade já como Sindicato Nacional dos Farmacêuticos (SNF). A direção do Sindicato herda a motivação da antiga Sociedade e prossegue o seu trabalho, conseguindo ver aprovadas duas leis fundamentais para a profissão farmacêutica: a Lei n.º 2125, sobre a propriedade de farmácia, e o Decreto-Lei n.º 48547, que regula o exercício farmacêutico, contendo este diploma um capítulo que já é um verdadeiro código deontológico

O desejo dos farmacêuticos em terem uma Ordem profissional não é esquecido e é em 1966 que, graças a influências políticas bem-sucedidas, é publicado o Decreto-Lei n.º 46997, que contém já matéria legislativa com carácter de Ordem: obrigatoriedade de inscrição para o exercício da profissão farmacêutica; emissão de carteira profissional e criação de títulos de especialista em Análise Clínicas e Indústria Farmacêutica.

Em 1972, após a morte de Salazar e a subida ao poder de Marcelo Caetano, é aprovado o Decreto-lei n.º 334/72, que cria formalmente a OF, sucedendo nos



.....  
**A OF é a legítima  
continuadora  
da Sociedade  
Farmacêutica Lusitana,  
acumulando 187 anos  
de uma história escrita  
diariamente por todos  
os farmacêuticos  
e pelos seus dirigentes,  
que modelaram a  
profissão e projetaram  
a sua importância como  
garante da qualidade  
dos cuidados e serviços  
de saúde prestados  
aos cidadãos.**

direitos e obrigações patrimoniais ao SNF, agora extinto. Esta alteração foi precedida por um plebiscito à classe, que se pronunciou favoravelmente à transformação em Ordem, justificada por dois motivos fundamentais: “o interesse público, como atividade sanitária, da função exclusivamente cometida aos farmacêuticos, de preparar, conservar e distribuir medicamentos ao público” e “a autonomia técnica da atividade profissional, que implica a existência de preceitos deontológicos específicos e de estrutura disciplinar autónoma”, pode ler-se no diploma que criou a OF. Em dezembro de 1973, a comissão administrativa da Ordem promove as eleições, tendo a primeira reunião dos corpos diretivos decorrido em janeiro de 1974.

A OF é assim a legítima continuadora da Sociedade Farmacêutica Lusitana, acumulando 187 anos de uma história escrita diariamente por todos os farmacêuticos e pelos seus dirigentes, que modelaram a profissão e projetaram a sua importância como garante da qualidade dos cuidados e serviços de saúde prestados aos cidadãos.

## CERIMÓNIA COMEMORATIVA NO MUSEU DO TESOURO REAL



.....

**“Por causa da obra de renovação da sede da OF, não temos hoje, atrás de mim, o quadro da D. Maria II, nossa sócia protetora, mas temos esta caixa-forte que alberga algumas das suas mais valiosas jóias”, disse o bastonário, justificando assim a escolha do local para as comemorações dos 50 anos da OF**

As comemorações dos 50 Anos da OF celebram a constituição formal da instituição que representa os farmacêuticos portugueses, impulsionando também a discussão sobre o futuro da profissão e os desafios que se impõe na área da Saúde. Várias iniciativas realizadas ao longo do ano assinalam esta importante data para a profissão farmacêutica. Um dos momentos mais marcantes destas comemorações teve lugar no dia 23 novembro, com a realização de uma Cerimónia Comemorativa no Museu do Tesouro Real, no Palácio da Ajuda, em Lisboa.

Logo na abertura do evento, o bastonário da OF, Helder Mota Filipe, justificou a realização da cerimónia no Museu do Tesouro Real, que acolhe algumas das mais valiosas joias da coroa portuguesa, em particular da rainha D. Maria II, designada sócia protetora da OF, pelo apoio concedido aos farmacêuticos na fundação da Sociedade Farmacêutica de Lisboa, em 1835, da qual a OF é legítima continuadora. “Por causa da obra de renovação da sede da OF, não temos hoje, atrás de mim, o quadro da D. Maria II, nossa sócia protetora, mas temos esta caixa-forte que alberga alguma das suas mais valiosas joias”, recordou o bastonário.

Helder Mota Filipe explicou então as origens da OF e a sua evolução aos longo dos anos, sempre de acordo com a

conjuntura político social que o país atravessava, justificando assim a passagem de sociedade científica a Ordem profissional, com um período pelo meio de quase 50 anos com associação sindical. O modelo atual de regulação profissional e representação dos farmacêuticos é aprovado em 1972, pelo Decreto-Lei n.º 373/72, de 23 de agosto, que tornam a OF como a quarta Ordem profissional mais antiga do país. “Embora acumulando 187 anos de uma história escrita diariamente por todos os farmacêuticos e pelos seus dirigentes, que modelaram a profissão e projetaram a sua importância como garante da qualidade dos cuidados e serviços prestados aos cidadãos, a OF deve continuar a preparar os seus profissionais para responder adequadamente aos desafios da sociedade”, disse o bastonário, deixando um agradecimento público “a todos os colegas envolvidos na construção da Ordem que hoje temos, aos colaboradores da instituição e a todos os colegas que diariamente dão a cara pela profissão. São eles que, nas diversas áreas de intervenção, constroem a imagem que a população e a sociedade têm da profissão”.

Dirigindo-se ao ministro da Saúde, o representante dos farmacêuticos realçou os anos difíceis que a profissão e o sistema de saúde, de um modo geral, atravessam, com a pandemia de COVID-19 ou os múltiplos impactos da

guerra entre a Rússia e Ucrânia. “Os farmacêuticos estão preparados para fazer mais, contribuindo para melhorar o acesso aos cuidados de saúde, com ganhos para os utentes, para o sistema e para a sociedade em geral”, assegurou o bastonário. “Não será coincidência que a proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2023 contemple duas importantes medidas há muito defendidas pelos farmacêuticos, e ansiadas pelos utentes, para regulamentação de um regime de dispensa de medicamentos hospitalares em proximidade, através das farmácias comunitárias, e de um processo de renovação da terapêutica a doentes crónicos”, lembrou também. Para o responsável da OF, ambas as medidas devem ser “adequadamente implementadas” para

poderem proporcionar importantes ganhos para os utentes, “não apenas em termos de comodidade, o que já é importante, pelo impacto que pode ter na qualidade de vida de muitos doentes, mas também na promoção da adesão à terapêutica, tirando partido da excelente relação de confiança entre os farmacêuticos e os doentes, mas também aquela que deve existir entre os farmacêuticos comunitários e os farmacêuticos hospitalares e o necessário estabelecimento de mecanismos de colaboração e partilha de informação entre os farmacêuticos e, nomeadamente, os médicos”, explicou.

Helder Mota Filipe lembrou ainda o período conturbado que enfrentam os farmacêuticos que trabalham no Serviço Nacional de Saúde (SNS). “Pela primeira

vez na história da profissão, concretizaram uma greve depois de, também pela primeira vez, terem declarado escusa de responsabilidade em diversos hospitais”, disse ainda. “Não sendo um sindicato, a Ordem consegue reconhecer as razões desse descontentamento acumulado e a necessidade de urgentemente encarar de frente a sua resolução”, lembrou o representante dos farmacêuticos.

O ministro da Saúde, Manuel Pizarro, recordou o importante papel social da profissão, que transcende o seu saber técnico e científico, evidente na disponibilidade e proximidade à população e às comunidades em que estão inseridos. O governante elogiou a iniciativa da OF, ao celebrar os seus 50 anos num espaço como o Museu do



Tesouro Real, reconhecendo e enaltecendo assim a importância da História para as organizações, combinada com a visão para o futuro e os desafios que a Saúde enfrenta nos próximos anos. Destacou também a capilaridade da rede de farmácias comunitárias, que suplanta a rede de unidades do SNS e assegura uma assistência farmacêutica e medicamentosa homogênea a toda a população portuguesa.

Manuel Pizarro realçou ainda o contributo da indústria farmacêutica para a prestação de mais e melhores cuidados de saúde. Em sua opinião, o forte investimento em inovação tem permitido o desenvolvimento de novas soluções terapêuticas para o combate às mais variadas doenças. Uma importância que se revela também, de acordo com o ministro, no crescimento dos encargos do Estado com medicamentos. Neste âmbito, Manuel Pizarro falou sobre duas medidas previstas no Orçamento de Estado para 2023, ambas com pleno aproveitamento das potencialidades que a rede de farmácias proporciona. “Fará sentido que 150 mil doentes se tenham de deslocar centenas de quilómetros para levantar no hospital um medicamento que pode ser dispensado na farmácia da sua localidade?”, questionou o ministro. “Foi preciso uma pandemia para convencer os mais recalcitrantes”, respondeu depois. Por motivos semelhantes, o ministro expressou também o desejo de concretizar a implementação de um modelo de renovação da prescrição da medicação para os doentes crónicos em farmácias. “Um serviço de enorme importância para facilitar o acesso ao SNS, aos cuidados de saúde primários, que escusam de estar sobrecarregados com tarefas de renovação do receituário crónico. Uma medida com benefícios claros para os cidadãos e que liberta os profissionais para concentrarem na sua área de especialidade”, defendeu.

O ministro deu nota ainda sobre a transição digital na área da Saúde, referindo que a informação tem de estar acessível em todas as unidades prestadoras de cuidados, públicas, privadas e do setor social, sublinhando que os utentes são os proprietários da informação que lhes diz respeito, pelo que devem poder circular dentro do sistema, autorizando o acesso e a partilha pelos profissionais que lhes prestam assistência. “Vamos viver cada vez mais num mundo interprofissional, porque não há outra forma de aproveitarmos o crescimento avassalador do conhecimento científico e da evolução tecnológica”, disse o ministro.

A terminar, o governante referiu-se ao processo de implementação da Carreira Farmacêutica no SNS. Lembrou o início do primeiro programa de Residência Farmacêutica já no início de 2023, para um total de 143 novos farmacêuticos. “Nestas transições há sempre dificuldades para resolver”, considera. “Sei que não chegaremos a acordo em tudo, mas tenho a confiança de que poderemos aproximar suficientemente as nossas posições no sentido do fortalecimento do SNS e da valorização profissional do farmacêutico”, estima o ministro.

.....  
**Manuel Pizarro falou sobre duas medidas previstas no Orçamento de Estado para 2023, ambas com pleno aproveitamento das potencialidades que a rede de farmácias proporciona.**





## CONFERÊNCIA SOBRE AS ESCOLHAS EM SAÚDE

Maria do Céu Patrão Neves, presidente do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida (CNECV), foi a conferencista convidada da cerimónia comemorativa dos 50 anos da constituição formal do OF. “A Ética das Escolhas” foi o tema da sua preleção, focada nos critérios éticos para as escolhas em saúde. Os desafios na área da saúde para os próximos 50 anos são muitos, particularmente em matérias que se relacionam com inovação terapêutica, modelos de financiamento e sustentabilidade dos sistemas de saúde. Por outro lado, as decisões políticas têm consequências determinantes não só no exercício da atividade dos profissionais de saúde, mas, também, e principalmente, no acesso universal dos cidadãos aos melhores cuidados de saúde. Esta realidade é evidente nas decisões terapêuticas que todos os dias são tomadas, que envolvem frequentemente escolhas e geram dilemas éticos.

Para a presidente do CNECV, as escolhas em saúde requerem decisões éticas, assentes em três critérios fundamentais: a bondade dos fins (teleológica), a retidão dos princípios (deontológica) e a integridade dos processos (procedimental). “A decisão multicritério é o fundamento elemen-



tar das escolhas éticas em saúde”, disse a presidente do CNECV, debruçando-se particularmente sobre o acesso aos medicamentos inovadores, que deve ser reconhecido por todos como justo, “incluindo por aqueles que permanecem sob anonimato, sem beneficiar do eco da comunicação social”.

Maria do Céu Patrão Neves deu alguns exemplos da influência e pressão mediática para a decisão de comparticipação de fármacos inovadores, como foram os episódios na Comissão de Saúde, quando se debatia

a generalização do acesso a um fármaco para a hepatite C com taxas de cura na ordem dos 90% ou para a fibrose quística, atrofia muscular espinal, entre muitas outras situações que a comunicação social notícia. Em sua opinião, a decisão sobre o acesso às tecnologias de saúde deve seguir uma abordagem abrangente, técnica e ética, a nível individual (micro) e coletivo (macro) e descentralizada, envolvendo vários protagonistas: a indústria, fomentando a transparência na formação dos preços; os cidadãos e doentes, definindo critérios de elegibilidade e admissibilidade; a comunicação social, com informação pedagógica; os profissionais, comprometidos com a otimização do uso dos medicamentos; e os decisores, com processos íntegros e transparentes.

O tema da conferência proferida pela presidente do CNECV foi depois comentado numa Mesa Redonda que registou a participação do presidente do Infarmed, Rui Santos Ivo, do bastonário da Ordem dos Médicos (OM), Miguel Guimarães, e do presidente da União das Associações de Doenças Raras (RD Portugal), Paulo Gonçalves, moderados pela professora da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa, Carla Torre. Foi então possível registar também a opinião do regulador e dos representantes dos profissionais de saúde e dos doentes sobre as



implicações éticas e deontológicas da prestação de cuidados de saúde e sobre a dicotomia entre a sustentabilidade dos sistemas e a equidade no acesso à inovação terapêutica.

O responsável da RD - Portugal realçou quatro aspetos que considera fundamentais na análise sobre a sustentabilidade dos sistemas. Na sua opinião, o doente deve estar no centro do sistema, participando ativamente no desenho dos processos até à decisão. Paulo Gonçalves destaca ainda a importância da multidisciplinariedade, aproveitando conhecimentos de diferentes profissionais, o que, no caso dos farmacêuticos, se revela na proximidade dos cuidados ou nos contributos para a redução do desperdício, exemplificou. O representante dos doentes propôs também um redesenho dos processos e decisões com base na

evidência fornecida pelo mundo real atual, com a evolução tecnológica associada e necessidades e preferências dos doentes. Por fim, mencionou ainda a comunicação como pilar para a continuidade das profissões de saúde, aquelas que melhor se adaptarem aos novos relacionamentos humanos.

Na intervenção seguinte, o bastonário da OM lembrou que as decisões políticas podem ter muito maior impacto na vida das pessoas que as decisões dos profissionais de saúde, que afetam o utente, de forma individual. Os médicos e restantes profissionais enfrentam desafios éticos diariamente, que começam logo na definição das prioridades de atendimento ou inscrição para cirurgia, exemplificou. Miguel Guimarães disse ainda que alguns princípios bioéticos podem colidir entre si, como sejam

a autonomia e a beneficência. Para o dirigente da OM, a não-maleficência é um princípio absolutamente essencial na prestação de cuidados de saúde.

A mesa redonda ficou completa com a participação do presidente do Infarmed, que na qualidade de autoridade reguladora, colocou a tónica sobre a ética das decisões, que são cada vez mais complexas, razão pela qual devem ser colaborativas, envolvendo vários profissionais e especialistas. Rui Santos Ivo falou ainda sobre o sistema de avaliação de medicamentos e tecnologias, lembrando que as decisões têm por base os resultados de ensaios clínicos, que têm, naturalmente, dados limitados, mas que médicos e farmacêuticos têm papel determinante na recolha de nova evidência, para reavaliação de acordo com a utilização em contexto real.

## NOVO PROGRAMA EXTRAORDINÁRIO PARA REINGRESSO E INSCRIÇÃO

A Direção Nacional da Ordem dos Farmacêuticos (OF) tem vindo a desenvolver um conjunto de iniciativas para promover uma aproximação da instituição aos seus membros, mas também aos ex-membros e demais

titulares de graus académicos que habilitam a inscrição na OF. Integrado nas comemorações dos 50 anos da constituição formal da OF, o novo Programa Extraordinário, em vigor desde 1 de dezembro, estabelece condi-

ções especiais para o regresso de ex-membros da OF e para inscrição de titulares da licenciatura ou Mestrado Integrado em Ciências Farmacêuticas que tenham concluído há mais de cinco anos.

## EXPOSIÇÃO DE ARTISTAS FARMACÊUTICOS

O programa da Cerimónia Comemorativa dos 50 anos da OF incluiu também a realização de uma exposição artística de autores farmacêuticos, dando a conhecer as obras e os trabalhos realizados por inúmeros colegas em vários domínios além das Ciências Farmacêuticas. Sob a curadoria do farmacêutico Henrique Tavares Ferreira e colaboração Francisco Trepa, a exposição que esteve patente durante as comemorações no Museu do Tesouro Real registou a participação de mais de duas dezenas de artistas farmacêuticos, que apresentaram os seus desenhos, pinturas, retratos, fotografias, vídeos, livros, textos, músicas, poemas e tantas outras peças e trabalhos artísticos desenvolvidos como hobby ou como atividade paralela às Ciências Farmacêuticas.



O novo programa dirige-se a ex-membros da Ordem que cancelaram a inscrição, desde que não tenham sido punidos com sanção disciplinar transitada em julgado, e aos detentores de graus académicos que habilitam a inscrição na Ordem com mais de cinco anos após a sua conclusão. Ao abrigo deste programa, a taxa de reinscrição na OF passa a ser gratuita (com isenção de 1.250,00€) e a taxa de inscrição é reduzida de 400,00€ para 150,00€, um valor idêntico ao da inscrição de recém-diplomados.

A Ordem tem atualmente 16.350 farmacêuticos inscritos que exercem atos próprios da profissão farmacêutica em Portugal. Entre estes, estão inscritos 1.226 farmacêuticos isentos dos pagamentos de quotas, por não exercem atos próprios da profissão farmacêutica ou por se encontrarem em situação de reforma ou de doença prolongada. A OF tem ainda registo de 1.822 farmacêuticos que, em algum momento, suspenderam a sua inscrição, por terem deixado de exercer atos próprios da profissão farmacêutica, e 1.310 farmacêuticos cancelaram também a sua inscrição, em algum momento, pelas mesmas razões. Estão ainda identificados 977 farmacêuticos correspondentes, que exercem a profissão farmacêutica fora de Portugal.

A este universo, acresce ainda um número desconhecido de profissionais titulares da licenciatura ou mestrado integrado em Ciências Farmacêuticas, ou equivalente, que não exercem atos próprios da profissão farmacêutica e que, por isso, nunca se inscrevem na Ordem, sendo o seu número total desconhecido pela Ordem.

Muitos dos profissionais que cancelaram a sua inscrição na década de 90, fizeram-no por não estar prevista, à data, qualquer alternativa às situações profissionais ou pessoais com que então se depararam, como é hoje o caso da suspensão da inscrição, optando então por se desvincularem totalmente da Ordem, que pretende agora dar a possibilidade de se reinscrevem, sem qualquer custo, ou de se inscrever, pela primeira vez, sem penalização por terem adiado essa decisão.

A OF considera que a sua ação e intervenção terá maior alcance e preponderância se forem criadas condições para acolher o maior número possível de membros, não só entre os antigos membros, mas também entre todos os que reúnam condições para a integrarem pela primeira vez. Para reforçar o sentido de coesão e comunidade entre a profissão farmacêutica e envolver a todos no desenvolvimento da profissão.

## **A intervenção da OF terá maior alcance e preponderância se forem criadas condições para acolher o maior número possível de membros**

### **Lista de participantes**

Ana Ribeiro,  
**composição de flores preservadas com texto original**

Ana Rita Ribeiro Machado,  
**papel de arroz, aquarela e verniz**

Ângelo Luís,  
**atuação musical**

Aura Vaz Abreu,  
**aquarela sobre papel**

Claúdia Florêncio,  
**impressão digital com tintas pigmentadas sobre papel britado**

Elsa Anes, grafite,  
**canela e carvão**

Estela Figueiredo,  
**impressão sobre algodão**

Henrique Tavares Ferreira,  
**vídeo loop**

Joana Aires Gomes,  
**excerto de obra literária**

Manuela Resendes,  
**excerto de obra literária**

Marco Alves Teixeira,  
**fotografia digital**

Neide Aparício,  
**acrílico sobre tela**

Patrícia Cruz,  
**aguarelas**

Pedro Pires,  
**acrílico sobre tela**

Rita Borba,  
**álbum musical**

Rui Maurício Pinheiro,  
**fotografia impressa**

Sara Alfenim,  
**poema**

Sofia Abrunhosa,  
**poema**

Susana Martins,  
**excerto de obra literária**



**MENSAGEM DE SUA EXCELENCIA O PRESIDENTE DA REPÚBLICA  
50º ANIVERSARIO DA ORDEM DOS FARMACEUTICOS**

Caras e caros amigos,

Cinquenta anos na vida de uma instituição, tal coma na vida de uma pessoa, é um marco histórico. É, por isso, com um imenso sentimento de alegria que me associo a vós na celebração do 50!! aniversário da Ordem dos Farmacêuticos.

Têm sido 50 anos de intenso trabalho, de dedicação de cada um dos vossos membros, que estão presentes e representados em todo o país, dando um contributo fundamental para a coesão social.

Mas não posso, nesta data, deixar de lembrar o percurso da Ordem dos Farmacêuticos e assinalar alguns marcos do vosso contributo para a melhoria da saúde dos nossos cidadãos.

A Ordem nasceu da necessidade sentida pelos profissionais de terem uma profissão regulada, contribuindo simultaneamente para salvaguardar o interesse publico. Os tempos eram, então, muito diferentes e foi necessária grande persistência e convicção para que os farmacêuticos vissem a criação da Ordem. Só em 1972, a Ordem sucede nos direitos e obrigações patrimoniais a uma já reputada Sociedade Farmacêutica Lusitana, mais tarde denominada de Sindicato Nacional dos Farmacêuticos. Dá-se a coincidência dos seus primeiros estatutos terem sido aprovados pelo meu pai, á data Ministro da Saúde e Assistência, das Corporações e Previdência Social.

As precusores desta Ordem a minha palavra de gratidão. Estiveram na sua origem, num momento de incertezas, e souberam não vacilar.

Nos anos que se seguiram contribuíram para a expansão do nosso conhecimento, em trabalho conjunto com a Academia, souberam inovar e fazer ouvir a vossa voz, melhoraram e regularam a vossa prática, solidificaram uma comunidade. Diferenciaram se em várias áreas do conhecimento, especializaram-se, promoveram a formação continua.

Aproximaram-se ainda mais das pessoas, criando uma rede de farmácias de grande capilaridade junta das populações e que tão útil se tem revelado. A esse propósito lembro dais exemplos: o vosso contributo no Programa a de Troca de Seringas, desenhado pela saudosa Professora Odete Ferreira, e a vossa contribuição anual na vacinação da gripe sazonal.

Ao longo destes 50 anos muitas tem sido as modificações e os desafios colocados aos farmacêuticos e à área da saúde em geral. Os desafios têm sido enormes, nem sequer sendo necessário falar na pandemia de Covid-19. Mas os farmacêuticos souberam sempre adaptar-se e responder a esses desafios, não raramente de forma proativa.

Mas não podemos descansar, nem baixar os braços! Hoje é um dia para se recordar o trajeto realizado, mas também para refletir sobre os desafios futuros. E, também, fundamentalmente, um dia de celebração, não só dos vossos 50 anos, mas de tudo o que têm conquistado ao serviço de um bem maior: a saúde das pessoas.

Estou certo de que a Ordem dos Farmacêuticos se manterá como um parceiro participativo, construtivo e responsável e, na pessoa do seu Bastonário, Professor Helder Mota Filipe felicito-vos a todos.

Marcelo Rebelo de Sousa

Lisboa, Palácio de Belém, 23 de Novembro de 2022



## CINCO NOVAS MEDALHAS DE HONRA

O programa da cerimónia comemorativa dos 50 anos da Ordem dos Farmacêuticos (OF) incluiu a entrega das Medalhas de Honra da OF, naquele que foi um dos pontos altos do evento, pelo reconhecimento público a cinco personalidades que se têm distinguido na defesa, valorização e desenvolvimento da profissão farmacêutica. “Vidas que não gostam especialmente de holofotes, mas que sem elas as nossas vidas e as vidas de outros não eram exatamente iguais. Cinco personalidades que muito deram à Farmácia, mas principalmente aos doentes e à sociedade. Cinco pessoas, uma por cada década destes 50 anos. Cinco individualidades que provam

que São Francisco de Sales tinha razão quando dizia ‘O bem não faz barulho e o barulho não faz bem’”, lembrou o bastonário, antes da entrega da distinção.

A Medalha de Honra é um dos mais importantes galardões atribuídos pela OF, reservado apenas a individualidades de reconhecido mérito e elevado prestígio. Destina-se a distinguir os farmacêuticos ou outros cidadãos, portugueses ou estrangeiros, assim como Instituições que, pela sua dedicação, mérito e ação extraordinária, tenham contribuído de modo relevante para a valorização da atividade farmacêutica no seio da sociedade. Este ano, a Direção Nacional deliberou, por unanimidade, atribuir a

Medalha de Honra da OF pela sua ação extraordinária nos planos profissional e social, contribuindo para o progresso das ciências da saúde, com particular destaque e reconhecido mérito, aos farmacêuticos Aurora Simón, do Centro de Informação do Medicamento da OF, Dora Brites, professora e investigadora da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa, Laura Vilarinho, da Unidade de Rastreiro de Neonatal e Doenças Metabólicas do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, Manuela Teixeira, farmacêutica comunitária na reforma, e ao diretor Museu da Farmácia, João Neto.

## AURORA SIMÓN

Aurora Simón é natural de Salamanca, onde concluiu a licenciatura em Farmácia, na Faculdade de Farmácia da Universidade de Salamanca. Começou a carreira em Farmácia Hospitalar. Fez a Residência na "Cuidada Sanitaria 12 de Outubro", em Madrid, onde obteve também o grau de Especialista em "Farmácia Hospitalária". A convite do Bastonário Alfredo Albuquerque, em 1985, fundou e tornou-se a primeira, e até agora única, Diretora Técnica do Centro de Informação sobre Medicamentos da Ordem dos Farmacêuticos. São mais de 30 anos em contacto permanente com farmacêuticos de várias áreas profissionais, assegurando um serviço de informação independente, avaliada e atualizada para todos os membros da Ordem dos Farmacêuticos.



## DORA BRITES

A professora e investigadora Dora Brites é licenciada e doutorada em Farmácia pela Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa.

É Investigadora Coordenadora. Dirige o grupo de Neuroinflamação, Sinalização e Neuroregeneração do iMed.Ulisboa - o Instituto de Investigação do Medicamento da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa. Tem vindo a desenvolver um intenso trabalho de investigação na área das doenças neurodegenerativas e distúrbios do neurodesenvolvimento, na Esclerose Lateral Amiotrófica, na doença de Alzheimer e no envelhecimento cerebral. A sua investigação contribui ainda hoje para ajudar a clarificar novos mecanismos de patogenicidade pela neuroinflamação nas doenças neurodegenerativas, levando à identificação de novos alvos, biomarcadores e estratégias terapêuticas mais eficazes para estas doenças.

## JOÃO NETO

João Neto é o diretor do Museu da Farmácia. Estudou História na Universidade Lusíada e é um investigador nato, com uma sede insaciável de conhecimento. Fundou o Museu da Farmácia na década de 80 e é desde então o seu Diretor. Desde o ano de 2001, assume também a presidência da Associação Portuguesa de Museologia.

Ao longo destes anos, os farmacêuticos reconhecem o inesgotável esforço para reunir inúmeras peças e coleções que retratam a História da Farmácia, dos Farmacêuticos e da Saúde, em Portugal, mas também no Mundo. Enquanto Historiador e Museólogo, a vida de João Neto está ligada de forma muito marcada à Farmácia e à Profissão Farmacêutica.

Na comemoração dos 50 anos da constituição formal da Ordem dos Farmacêuticos, no Museu do Tesouro Real, juntou então três das suas paixões: os Museus, a Monarquia e a Farmácia.



## LAURA VILARINHO

Laura Vilarinho é farmacêutica, professora e investigadora do INSA. É coordenadora da Unidade de Genética Humana e da Unidade de Rastreio Neonatal, Metabolismo e Genética.

Tem uma vastíssima carreira na investigação e rastreio de doenças genéticas e metabólicas. E tem sido uma das principais impulsionadoras do Programa Nacional de Diagnóstico Precoce, conhecido por todos como o "teste do pezinho". O programa abrange atualmente 26 doenças, 25 das quais de origem genética, e tem uma taxa de cobertura de 99,5%, com registo de rastreio de quase 4 milhões de crianças e milhares de diagnósticos precoces que permitem o início imediato dos tratamentos.



## MANUELA TEIXEIRA

Manuela Teixeira é também Licenciada em Farmácia pela Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa.

Farmacêutica comunitária, diretora técnica e proprietária da Farmácia Teixeira, na Baixa da Banheira, onde exerceu durante quase 40 anos, sempre ao serviço da sua comunidade e dos seus utentes. É uma acérrima promotora e defensora do desenvolvimento profissional contínuo, da formação contínua, que ajudou a impulsionar na Associação Nacional das Farmácias e como monitora dos cursos de Farmacoterapia e de Ajudantes de Farmácia.

Integrou os órgãos sociais da Associação e fez parte do "Grupo do Guincho", juntamente com outros ilustres farmacêuticos, que ajudaram a promover desenvolver um Programa de Boas Práticas de Farmácia conjunto entre a ANF e Ordem dos Farmacêuticos. Tem ainda um vasto trabalho de cooperação e qualificação dos farmacêuticos dos países lusófonos, que lhe valeram também as distinções da Academia Nacional de Farmácia e do Conselho Federal de Farmácia do Brasil.



**DESTAQUE**

# **A nova lei das Ordens profissionais**

**A Assembleia da República aprovou o texto final apresentado pela Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão para revisão do regime jurídico das associações públicas profissionais. A OF e demais Ordens profissionais, representadas também pelo CNOP, participaram no processo legislativo conduzido, desde o final do verão, por um grupo de trabalho criado pela referida Comissão Parlamentar.**



Apesar da versão final do diploma contemplar algumas alterações sugeridas durante o período de audições e consulta às entidades envolvidas, as Ordens profissionais questionaram a constitucionalidade de algumas normas agora aprovadas, tendo solicitado audiências com o Presidente da República, grupos parlamentares e provedora de Justiça, órgãos com competência para solicitar apreciação do Tribunal Constitucional. A versão final do diploma, resultante dos projetos de lei do PS e do PAN, foi aprovada com os votos favoráveis do PS, IL e PAN e os votos contra do PSD, Chega e PCP. Foram ainda registadas as abstenções do Bloco de Esquerda e Livre.

Em comunicado, as Ordens saudaram a manutenção das suas principais atribuições, ao contrário do projeto de diploma inicial, que secundava a

membros não pertencentes à Ordem; que o Provedor dos Destinatários dos Serviços, obrigatoriamente remunerado quando o não são a esmagadora maioria dos outros titulares de órgãos sociais, também não seja membro da Ordem; que o Conselho Disciplinar, órgão encarregado de apreciar a adequação de práticas profissionais, integre membros que, por não serem membros da Ordem, não exercem a profissão; e que os júris de exame de estágios profissionais integrem vogais desligados do exercício da profissão por não serem, necessariamente, membros da Ordem”.

Na apreciação ao texto final submetido à votação dos deputados, o CNOP realça que não foi também atendida a sua reivindicação contra a imposição de um período de nojo a dirigentes sindicais para poderem exercer cargos

órgão, cuja composição integra 40% dos membros professores do ensino superior, que não podem estar inscritos na respetiva Ordem, mas que serão, contudo, eleitos pelos seus membros dessa mesma Ordem. “Algum académico, nestas condições se prestará a ser candidato!”, advertem as Ordens. Destaca-se ainda obrigação de adotar “soluções organizativas únicas, como se todas as vinte Ordens existentes fossem idênticas na sua dimensão e no contexto em que se inserem”. A rigidez destas soluções normativas retira, segundo o CNOP, “a possibilidade da Assembleia da República, quando chamada a aprovar as alterações aos Estatutos dessas mesmas 20 Ordens, poder encontrar as soluções mais adequadas e específicas para cada uma dessas associações públicas”.

.....

## **As Ordens profissionais e o Presidente da República manifestaram dúvidas sobre a constitucionalidade de algumas normas da nova Lei-Quadro, mas o Tribunal Constitucional considerou que são respeitados os princípios ou normas constitucionais. O diploma foi promulgado e publicado em Diário da República, abrindo caminho para a necessária adequação dos estatutos de todas as Ordens**

“defesa dos interesses gerais dos destinatários dos serviços”, em detrimento da “defesa dos interesses gerais da profissão”. “Era crítico manter-se essa atribuição das Ordens exatamente para reforçar que estas não são meros organismos de defesa corporativa dos interesses dos seus membros, como alguns agentes políticos pretendem inculir na opinião pública”, realça o Conselho Nacional das Ordens Profissionais (CNOP). Lamenta, no entanto, que o “preconceito contra as Ordens” se mantenha bem presente em várias disposições, ao considerarem “como sendo um suposto atributo de independência a não filiação numa Ordem profissional”. Assim se explica, de acordo com o CNOP, “que o órgão de supervisão tenha uma maioria de

nas Ordens. A versão final da proposta de diploma mantém também como incompatibilidade para o exercício desses mesmos cargos associativos o desempenho de quaisquer funções dirigentes na função pública, algo que afeta muito particularmente as Ordens profissionais da área da Saúde, por poderem ter um elevado número dos seus membros a exercer funções dirigentes nas unidades de saúde do Serviço Nacional de Saúde (SNS).

As Ordens continuam a criticar a criação de um novo órgão de supervisão, quando a sua “atividade é escrutinada por uma miríade de entidades, desde logo o Governo que sobre elas exerce uma tutela inspetiva”. O CNOP alerta para a dificuldade na operacionalização e constituição deste novo



## OF enviou parecer

A Ordem dos Farmacêuticos (OF) endereçou à Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão o seu parecer, que o bastonário explicou depois aos deputados, durante uma audiência conjunta com os bastonários das Ordens dos Médicos, Psicólogos e Nutricionistas, realizada uma semana depois da audiência com o presidente do CNOP, também bastonário da Ordem dos Economistas, e com os bastonários das Ordens dos Engenheiros e dos Revisores Oficiais de Contas.

A proposta legislativa propunha a reestruturação dos órgãos de supervisão das Ordens profissionais, atribuindo competências disciplinares e de regulação do exercício profissional, e torna obrigatório o cargo de provedor dos destinatários dos serviços, nomeado pelo bastonário, sob proposta do órgão

de supervisão, que, por sua vez, é eleito em assembleia representativa, por maioria absoluta. Por outro lado, as Ordens ficam impedidas de solicitar provas, exames ou outro tipo de condições de acesso aos profissionais com habilitações obtidas no estrangeiro e devidamente reconhecidas no nosso país. Prevê-se ainda a constituição de sociedade multiprofissionais, que podem ter sócios, gerentes ou administradores que não possuam as qualificações exigidas para as profissões organizadas na associação pública profissional.

Em todo este processo legislativo, a OF foi recordando que o estudo e o trabalho desenvolve pela Autoridade da Concorrência e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico apenas se refere à regulamentação no acesso à profissão e não à criação de novos órgãos supervisores constituídos

por indivíduos externos às associações. A OF entende, por isso, que a iniciativa tem como principal objetivo a governamentalização e ingerência do poder político nas Ordens profissionais, que pode conduzir à desvirtuação e desregulação das profissões reguladas por associações públicas profissionais, impedindo a garantia de uma boa prestação de serviços à população que, no caso particular das intervenções farmacêuticas, tem acentuado impacto na saúde dos cidadãos.

A alteração ao regime jurídico das Ordens profissionais vai, portanto, muito além daquilo que pode ser justificado para com as obrigações e compromissos europeus. "Uma Ordem independente quer simplesmente dizer que é uma Ordem que apenas responde aos interesses legítimos dos cidadãos, da profissão e da sociedade que serve", diz a OF no seu parecer.

## O que muda a nova lei das Ordens para os farmacêuticos

### Constituição de associações públicas profissionais

Precedida de audição das associações representativas da profissão e emissão de parecer de outras partes interessadas, nomeadamente reguladores de serviços prestados pelas profissões, Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos, associações científicas ou profissionais, Autoridade da Concorrência e representantes dos consumidores

### Atribuições das associações públicas profissionais

Dever de registo público de profissionais; possibilidade de estabelecimento de protocolos com entidades públicas dotadas de competências de fiscalização e regulação para exercício do poder disciplinar; processos públicos de reconhecimento de qualificações profissionais obtidas fora do território nacional, nos termos da lei, do direito da União Europeia ou de convenção internacional.

### Estágios profissionais

Sem impacto e aplicação na profissão farmacêutica, que não exige a realização de estágios profissionais,

exames e/ou provas de acesso à profissão.

### Atos próprios da profissão

Autoridade da Concorrência elabora relatório para entrega ao Governo (prazo de 60 dias) com recomendações sobre a manutenção, alteração ou revogação dos regimes de reserva de atividade em vigor; Governo apresenta proposta de alteração aos estatutos das associações públicas profissionais no prazo de 120 dias.

### Provedor dos destinatários de serviços

Obrigatoriedade de um provedor dos destinatários dos serviços, remunerado e nomeado pelo bastonário, por proposta do órgão de supervisão, do qual fará parte, embora sem direito de voto; provedor deve ser uma personalidade independente, não inscrita na associação pública profissional, assumindo responsabilidade na análise e recomendações sobre queixas e reclamações apresentadas.

### Reconhecimento de habilitações académicas e profissionais obtidas no estrangeiro

Associações impedidas de recusar o reconhecimento de habilitações legalmente definidas no ordenamento

jurídico nacional, europeu ou por convenções internacionais, nem sujeitar os seus detentores a provas, exames e outro tipo de condições de acesso; medida sem impacto e aplicação na profissão farmacêutica, que apenas solicita a prova de língua para inscrição.

### Órgão disciplinar e órgão de supervisão

Nova dinâmica em matéria disciplinar com dois órgãos distintos: órgão de disciplinar, que deve integrar personalidades de reconhecido mérito que não sejam membros da associação, mas com conhecimentos e experiência relevantes na área; e órgão de supervisão, composto por membros da associação, membros dos estabelecimentos de ensino superior que atribuem o grau académico que confere acesso à profissão (não inscritos na associação) e personalidades de reconhecido mérito, com conhecimentos e experiência relevante na área; competências do órgão de supervisão com elevada abrangência, desde o controlo sobre a atividade dos restantes órgãos da associação, regulação de estágios profissionais, reconhecimento de competências obtidas no estrangeiro, nomeação e destituição do provedor

Vários aspetos levam os farmacêuticos a destacar a inconstitucionalidade das alterações agora propostas, tal como o fizeram as restantes Ordens profissionais e o CNOP. Durante a audição no Parlamento, o bastonário da OF lamentou a inversão de prioridades nas atribuições das Ordens profissionais. A proposta aponta como objetivo primordial a defesa dos interesses da profissão, quando as Ordens entendem que o principal objeto da sua ação é a defesa dos direitos dos destinatários dos seus serviços. Neste âmbito em concreto, o bastonário manifestou profundas dúvidas sobre as competências que são atribuídas ao Provedor dos destinatários dos serviços, bem como sobre o novo órgão de supervisão, nomeadamente pelo facto de se incluírem profissionais de outras áreas em juízos sobre questões jurisdicionais, com elevada complexidade técnica e científica.

.....  
**"Uma Ordem independente quer simplesmente dizer que é uma Ordem que apenas responde aos interesses legítimos dos cidadãos, da profissão e da sociedade que serve", diz a OF no seu parecer.**

No caso específico da profissão farmacêutica, mas também de outras ligadas à área da Saúde, existem atos reservados, específicos de cada profissão e que dificultam a harmonização de um novo normativo que seja transversal a todas as profissões. Helder Mota Filipe sublinhou ainda a eventual inconstitucionalidade de algumas normas do diploma, relacionadas com a autonomia e independência destas organizações e com a formação democrática dos seus órgãos, entre outros aspetos.

Admitindo algumas incoerências nas iniciativas legislativas em discussão, a generalidade dos deputados da Comissão manifestou abertura para rever alguns aspetos que as Ordens consideram mais sensíveis nas propostas, algo visto como positivo por parte das Ordens representadas uma vez que abre as portas ao diálogo.

dos destinatários dos serviços, análise conflitos de interesse de titulares dos órgãos sociais.

Recurso judicial das decisões atribuído aos órgãos de governo, provedor dos destinatários dos serviços, Ministério Pública e os visados pelos factos participados

### **Elegibilidade e incompatibilidade de funções**

Cumprimento da paridade de género nas listas candidatas aos órgãos sociais; órgãos executivos sujeitos ao cumprimento das obrigações declarativas previstas para o exercício de funções por titulares de cargos políticos e altos quadros públicos.

Elegibilidade para a presidência do órgão disciplinar e do órgão de supervisão pode estar condicionada à verificação de um tempo mínimo de exercício da profissão, nunca superior a dez anos; incompatibilidade de funções para membros que integrem os órgãos sociais de associações sindicais ou patronais do setor.

Incompatibilidade no exercício cumulativo de funções executivas, disciplinares, de fiscalização e de supervisão; incompatibilidade para

o exercício de funções dirigentes da administração pública; órgão de supervisão avalia e pronuncia-se sobre incompatibilidades de órgãos de associações com interesses suscetíveis de gerar conflitos de interesses

Revisão do regime de incompatibilidades previsto no estatuto

### **Referendo interno**

Estatutos, regulamento eleitoral e referendário devem prever referendos vinculativos se participação for superior a metade dos membros, salvo se a proposta obtiver mais de 66% dos votos e a participação for superior 40%.

### **Sociedades de profissionais e multidisciplinares**

Definir condições de admissão para sociedades profissionais e multiprofissionais, taxa de inscrição e quota mensal; os sócios, gerentes ou administradores podem não ter as qualificações exigidas para o exercício da profissão, mas ficam vinculados aos deveres deontológicos, designadamente aos deveres de sigilo profissional.

### **Serviços profissionais de interesse económico e exercício de poderes de autoridade pública**

Associações impedidas de estabelecer restrições ao exercício da profissão nos

domínios do acesso, registo, fixação de preços, entre outros.

### **Controlo jurisdicional**

Regulamentos internos e decisões sujeitas ao contencioso administrativo; além do Ministério Público e do Governo, também o provedor dos destinatários dos serviços pode impugnar a legalidade dos atos e regulamentos internos.

### **Relatório anual e deveres de informação**

Relatório anual de atividades deve apresentar informação específica sobre o exercício do poder regulatório, nomeadamente sobre o registo profissional, reconhecimento de qualificações e ação disciplinar; envio à Assembleia da República e Governo até 31 de março e análise pela comissão parlamentar competente até 30 de junho.

### **Normas transitórias**

Apresentação de proposta de alteração aos estatutos das associações públicas profissionais no prazo de 120 dias, após entrada em vigor do novo regime jurídico, avaliação dos regimes de reserva de atividade das associações.

## Um dia de homenagem aos farmacêuticos



**O Mosteiro da Penha Longa, em Sintra, acolheu as comemorações do Dia Nacional do Farmacêutico 2022. A sessão solene acolheu mais de 300 convidados, entre representantes das autoridades, partidos políticos, organizações setoriais, instituições de ensino superior e outras várias dezenas de farmacêuticos homenageados na cerimónia ou que, a título individual, se juntaram às comemorações da efeméride.**

Mantendo a tradição, a Ordem dos Farmacêuticos (OF) assinalou o Dia Nacional do Farmacêutico, a 26 de setembro. O Mosteiro da Penha Longa, em Sintra, acolheu a sessão solene comemorativa, este ano organizada pela Secção Regional do Sul e Regiões Autónomas (SRSRA-OF). O evento registou a presença do ministro da Saúde, Manuel Pizarro, numa das suas primeiras intervenções públicas após ter assumido o cargo, no início do mês de setembro, e a participação de mais de 300 convidados, entre representantes das autoridades, partidos políticos, organizações setoriais, instituições de ensino superior e outras várias dezenas de farmacêuticos homenageados na cerimónia ou que, a título individual, se juntaram às comemorações da efeméride.

A Direção Nacional e as Direções Regionais entregaram as Medalhas dos

50 Anos de Profissão e o Prémio Sociedade Farmacêutica Lusitana aos alunos finalistas do Mestrado Integrado em Ciências Farmacêuticas que obtiveram as classificações mais elevadas em cada instituição de ensino superior. O evento terminou com um jantar convívio com os órgãos sociais da OF e várias gerações de farmacêuticos, no ativo, na reforma ou a iniciar a sua atividade profissional.

O programa das comemorações incluiu ainda receção do bastonário e do presidente do Conselho de Jovens Farmacêuticos a um grupo de representantes dos estudantes de Ciências Farmacêuticas, num encontro realizado na sede provisória da OF, que teve como principal objetivo de promover a aproximação dos futuros farmacêuticos à sua Ordem profissional, através da categoria de Membro Estudante da OF.

**Na qualidade de anfitrião e responsável pela organização das comemorações deste ano do Dia Nacional do Farmacêutico, o presidente da SRSRA-OF, Luís Lourenço, explicou que o tema "Uma História com Futuro" deu o mote para o início das comemorações dos 50 anos da OF**

## ÍNICIO DAS COMEMORAÇÕES DOS 50 ANOS

Este ano, as comemorações do Dia Nacional do Farmacêutico assinalaram também o início das comemorações dos 50 anos da transformação em Ordem. Na qualidade de anfitrião e responsável pela organização das comemorações deste ano do Dia Nacional do Farmacêutico, o presidente da SRSRA-OF, Luís Lourenço, explicou que o tema "Uma História com Futuro" dá o mote para o início das comemorações dos 50 anos da Ordem dos Farmacêuticos. "Uma estrutura nacional com representação regional, uma instituição que permitiu, e permite, aos farmacêuticos dar resposta às necessidades das populações e acompanhar as exigências dos tempos", realça o dirigente da SRSRA-OF, lembrando alguns momentos marcantes da história da profissão, que, "dizem os historiadores", "surge com regulação no séc. XV" e que, três séculos depois, em 1835, por decreto da Rainha D. Maria II, passa a ser representada pela Sociedade Farmacêutica Lusitana, da qual a OF é legítima sucessora. Na mesma linha de raciocínio, também o bastonário destacou a OF como a quarta Ordem profissional mais antiga do país e enalteceu o trabalho desenvolvido por vários farmacêuticos em prol da sua organização profissional, alguns dos quais presentes nesta ocasião.



"Por mera coincidência", disse ainda o bastonário, "o Parlamento discute neste momento a revisão da Lei-Quadro das associações públicas profissionais, num claro exercício de controlo governamental à vida das Ordens", denunciou. Para o representante dos farmacêuticos, alguns aspetos das iniciativas legislativas são "inaceitáveis", como, por exemplo, a inversão de prioridades nas atribuições das Ordens, que deixam de ter o seu foco nos interesses dos destinatários das suas ações para estarem

focadas nos interesses específicos da profissão, numa redação que mereceu total oposição de todas as Ordens profissionais. Por outro lado, acrescentou, "o órgão de supervisão sobrepõe-se aos órgãos eleitos, com poderes de regulação, administrativos e disciplinares, que pode ser constituído por uma maioria de membros não eleitos e não farmacêuticos". Não obstante, o dirigente da OF estima ainda um importante debate sobre as iniciativas legislativas, que a Ordem acompanhará atentamente.

## Novo ciclo político

O bastonário espera que o ciclo político que se iniciou com uma nova equipa ministerial e uma direção executiva do Serviço Nacional de Saúde (SNS) permita o desenvolvimento e implementação de serviços farmacêuticos de valor acrescentado para os doentes e para o sistema de saúde. Intervindo nesta sessão solene, o representante dos farmacêuticos destacou dois requisitos fundamentais para a prestação destes serviços com a qualidade e segurança necessárias: acesso à informação clínica e comunicação com restantes profissionais e outras entidades prestadoras. "Tenho razões para poder afirmar publicamente que dificilmente se conseguiria ter uma equipa mais preparada para enfrentar os desafios que se colocam ao SNS.

Assim estejam reunidas as condições políticas e financeiras", disse o bastonário em alusão aos novos dirigentes do Ministério da Saúde. Para o bastonário, "os sistemas de saúde têm de recuperar urgentemente da pandemia não-COVID, dos impactos negativos que resultaram da diminuição significativa de cuidados em praticamente todas as áreas não relacionadas com a infeção por SARS-CoV-2".

Helder Mota Filipe lembrou que "o futuro próximo não se afigura risonho do ponto de vista económico, social e político". Como representante da profissão, sublinha que "os farmacêuticos estão disponíveis para desenvolver serviços farmacêuticos que permitam melhorar os cuidados prestados à população, retirando ainda pressão sobre o SNS". Contudo, o desenvolvimento desses serviços apenas pode acontecer "se estiverem

reunidas as condições para sua prestação com qualidade e segurança, além do adequado reconhecimento e enquadramento da intervenção farmacêutica".

No domínio do acesso aos dados clínicos, o bastonário recordou o trabalho de colaboração com os Serviços Partilhados do Ministério da Saúde para desenvolvimento de um perfil farmacêutico no acesso às plataformas de dados em saúde. Helder Mota Filipe recordou ainda que foram desenvolvidos serviços fundamentais prestados por farmacêuticos durante pandemia, como o acesso a medicamentos hospitalares dispensados em proximidade, a renovação da terapêutica em doentes crónicos ou a testagem contra a COVID-19, que responderam às necessidades com clara satisfação por parte dos doentes. "Nenhuma destas soluções poderá ser atendida se não forem alte-



.....

**“Por mera coincidência”, destacou o bastonário, “o Parlamento discute neste momento a revisão da Lei-Quadro das associações públicas profissionais, num claro exercício de controlo governamental à vida das Ordens”**

radas as condições para a sua prática de forma sustentada. A Ordem nunca concordará com soluções que não respeitem as melhores práticas, pondo em causa a qualidade e segurança desses serviços”, insiste o bastonário, lamentando que o país não esteja na dianteira relativamente à prestação de serviços farmacêuticos. “Os países mais desenvolvidos da Europa estão a ganhar distância no que respeita ao desenvolvimento e reconhecimento da mais-valia das intervenções farmacêuticas como um dos pilares da sustentabilidade dos sistemas de saúde”. O bastonário deu como exemplo a forma “incompreensível” com foi gerido pelas entidades oficiais o envolvimento dos farmacêuticos durante os dois anos de pandemia. “Em diversas situações, a decisão final, e afirmada de forma proativa, foi não contar com a capa-

cidade farmacêutica instalada até ao limite do possível, até à altura em que foi solicitada a colaboração dos farmacêuticos, nomeadamente dos comunitários e analistas clínicos, mas também dos hospitalares e de distribuição, de forma urgente e não programada. Também a este nível devemos aprender com a pandemia”, considera o bastonário. Helder Mota Filipe agradeceu a disponibilidade “quase sobre-humana” de todos os farmacêuticos, que permitiu “continuar a assegurar aos nossos cidadãos os cuidados farmacêuticos necessários”.

Uma nota ainda para Carreira Farmacêutica no SNS, “que encerra ainda um conjunto de imperfeições geradora de injustiças para alguns colegas, ao mesmo tempo que não protege os interesse do SNS”, considera o bastonário, que espera a atenção

nova equipa ministerial para este tema, continuando as negociações em curso com os seus antecessores. Helder Mota Filipe lembrou a realização da primeira prova de ingresso na Residência Farmacêutica, desejando boa sorte a todos os candidatos e agradecendo empenho da Administração Central do Sistema de Saúde neste processo.

A terminar, o bastonário chamou a atenção para o desinvestimento nas farmácias hospitalares, desde materiais, equipamentos, recursos humanos, sublinhando o papel dos seus profissionais na avaliação da efetividade e custo associado à inovação terapêutica. “O desinvestimento na Farmácia Hospitalar é um ataque direto à eficiência hospitalar e à segurança dos cuidados prestados”, considera o bastonário.

.....

**Helder Mota Filipe agradeceu a disponibilidade “quase sobre-humana” de todos os farmacêuticos, que permitiu “continuar a assegurar aos nossos cidadãos os cuidados farmacêuticos necessários”**





## Ministro conhece a agenda

Numa das suas primeiras intervenções públicas no cargo, o ministro da Saúde, Manuel Pizarro, dirigiu-se aos farmacêuticos para agradecer o seu “trabalho quotidiano” e, muito especialmente, o “esforço” empregue durante os dois últimos anos de pandemia, continuando a garantir o acesso aos medicamentos e serviços de saúde “muito úteis à população”. Participando na sessão solene comemorativa do Dia Nacional do Farmacêutico, o governante mostrou-se comprometido com algumas prioridades elencadas pelos farmacêuticos, como a dispensa de medicamentos hospitalares em proximidade e a renovação da terapêutica a doentes crónicos.

“Temos obrigação de generalizar algumas ações que mostraram funcionar bem”, considera o ministro da Saúde, em referência a vários projetos e experiências-piloto desenvolvidos nas farmácias que evidenciaram vantagens clínicas e económicas para os doentes e para o sistema de saúde. “Estou comprometido com essa agenda política de organizar de forma mais ativa a distribuição em proximidade dos medicamentos de uso hospitalar, poupando viagens difíceis a muitos doentes e muitas famílias e, por essa via, recursos ao Serviço Nacional de Saúde e ao Estado, e da criação de

mecanismos que agilizem a possibilidade de renovação da medicação crónica para tantos e tantos doentes, poupando tarefas que, do lado do sistema de saúde parecem mais burocráticas do que de outro teor, e otimizando as condições através das quais os farmacêuticos possam ter uma participação mais ativa na gestão da doença crónica, que em alguns casos é essencial”, disse Manuel Pizarro, na sua intervenção no Dia Nacional do Farmacêutico.

O ministro da Saúde referiu-se ainda ao acesso dos farmacêuticos aos dados em saúde, mencionando a relevância da criação de um perfil de informação de saúde a que estes profissionais possam aceder. “Hoje há pessoas que têm muitas patologias, que tomam muitos medicamentos e, independentemente da responsabilidade especial dos médicos e enfermeiros no controlo da prescrição terapêutica, também é muito importante perceber, no momento de aviar os medicamentos na farmácia, se os doentes estão a fazer exatamente conforme a prescrição”, explicou o governante à margem do evento.

Manuel Pizarro abordou ainda alguns desafios prementes para os sistemas de saúde, que, em sua opinião, resultam de aspetos positivos, dos avanços científicos e tecnológicos. “De facto, temos hoje uma capacidade muito maior de diagnosticar e tratar patologias que até há poucos anos

tinham um curso frequentemente fatal. [...] Hoje temos um armamentário terapêutico muitíssimo superior ao que existia. As diferenças são absolutamente notáveis”, lembrou o ministro. A inovação terapêutica tem “custos muito elevados”, o que aumenta a responsabilidade na forma como é utilizada. O ministro da Saúde acompanha a preocupação manifestada pelo bastonário da Ordem dos Farmacêuticos de que não é possível promover o uso seguro e responsável dos medicamentos e, muito particularmente, da inovação terapêutica sem a participação mais vasta dos farmacêuticos, “que são os profissionais mais bem preparados para lidar com os medicamentos”.

Manuel Pizarro entende ainda que os farmacêuticos têm um papel central no combate à iliteracia em saúde, promovendo a utilização correta destas tecnologias de saúde extremamente dispendiosas para o país.

Por fim, o ministro referiu-se ao processo de integração de novos farmacêuticos no SNS, lembrando o processo em curso para ingresso de mais de uma centena de farmacêuticos na Residência Farmacêutica. “Herdei a Carreira Farmacêutica criada, mas não me livro de alguns problemas com a sua implementação”, admitiu o ministro, reiterando a abertura do Ministério para o diálogo e cooperação, que quer prosseguir ao longo do mandato com os demais parceiros.

# 50 ANOS DE PROFISSÃO

## SECÇÃO REGIONAL DO SUL E REGIÕES AUTÓNOMAS

ANA BELA DO BRITO PALMA DA MATTA  
ANA MARIA DA SILVA MERRITT MEDEIROS  
ANA MARIA FERREIRA GONÇALVES RAMALHO BERNARDINO  
ANGELINA MOREIRA DE ALMEIDA CARVALHO  
ASCENSÃO MARIA DA SILVA RIBEIRO CAMPOS FARINHA  
CÂNDIDA DA CONCEIÇÃO DIOGO CANHA  
CARLA PINTO ALBUQUERQUE LORENA SANTOS  
CARLOS ALBERTO FERREIRA FERNANDES  
CONSTANÇA ALVES DE ALMEIDA VAZ  
DÉLIO CARLOS RAMOS MORGADO  
DEOLINDA MARIA FERNANDES DOMINGUES  
DINA DA COSTA SILVA MARQUES DE LEMOS  
EDUARDO ALBERTO FRANCO BARATA  
ELISABETH MARQUES FERREIRA SANTOS QUADRADO  
FERNANDO AIRES MIRANDA  
FRANCISCO FERNANDO GOMES FARIA  
FRANCISCO JOÃO DE MATOS FERREIRA  
FRANCISCO MANUEL GOMES GENEBRA  
HERNÂNI GOMES DA SILVA  
HORTENSE FREIRE ANICETO FERRONHA  
HUGUETTE LOPES GAGO ANTUNES RIBEIRO  
ILDA FERNANDES PIRES DAMAS MORA  
ISABEL FERNANDA LOPES MENDES GODINHO CABRAL ANTUNES  
ISABEL MARIA NINA DUARTE MARTINS SALES GRADE  
ISABEL MARIA RODRIGUES DE SOUSA CASANOVA PINTO DE CASTRO  
IZILDO CAMPOS LOPES FARINHA  
JOSÉ ANTÓNIO ARANDA DA SILVA  
JOSÉ JÚLIO DE CASTRO FERNANDES  
LUÍS FILIPE DE MATOS AIRES  
MARGARIDA DA GRAÇA SILVA TAVARES DE SOUSA  
MARIA ADÉLIA GRAÇA SANTOS MACHADO  
MARIA ALBERTINA DUARTE CLARO RUSSO  
MARIA ANTONIETA CARREIRA POÇAS COELHO ALVES  
MARIA CECÍLIA DE MATOS COSTA PAIVA DE CARVALHO  
MARIA DE FÁTIMA PEREIRA RODRIGUES GOMES  
MARIA DO ROSÁRIO PEDRO TEIXEIRA  
MARIA DOS ANJOS MENDES SOARES  
MARIA ISABEL TAVARES CANÁRIO DE MELO  
MARIA IVÂNIA BARRIOS MARQUES FERNANDES GRAVATA RODRIGUES  
MARIA JACINTA SIMÕES DIAS  
MARIA JOÃO MOREIRA DE LEMOS CORREIA NOVO DA SILVA  
MARIA MANUELA ANTUNES CADETE  
MARIA MARGARIDA ANTUNES FERREIRA FLORINDO  
MARIA MARGARIDA NUNES E XAMBRE BENTO  
MARIA TERESA CARDOSO MARQUES DA CRUZ FRANCO CHAVECA  
MARIA ZÉLIA MELGADO RAPOSO MARQUES MARCELINO  
MATILDE AUGUSTA PITA MENDES  
NELI DA CONCEIÇÃO CORREIA ALVES  
TERESA MARIA PEREIRA DE MACEDO CARMO FRANÇA  
THEBAR DAVID DE OLIVEIRA MIRANDA  
VICÊNCIA DE JESUS BAIÃO RAMINHOS



### PRÉMIO SOCIEDADE FARMACÊUTICA LUSITANA

Escola de Ciências e Tecnologias da Saúde da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias  
Inês Sofia Magalhães Calamote

Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade da Beira Interior  
Inês Santos Terceiro

Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade Fernando Pessoa  
Tiago Peralta Cordeiro

Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra  
Inês Ferreira Faria





## SECÇÃO REGIONAL DO NORTE



### Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa

Mafalda Ferreira dos Santos  
Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto  
Sofia Mesquita dos Santos

### Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade do Algarve

Maria Inês Fonseca Salvador

### Instituto Superior de Ciências da Saúde Egas Moniz

Maria Inês da Glória Teodoro

### Instituto Universitário de Ciências de Saúde

Viviana Patrícia Costa Redondo



AIDA AUGUSTA PRÍNCIPE DE OLIVEIRA GONÇALVES  
ANABELA MARIA QUEIRÓS DE OLIVEIRA SARMENTO  
ARLINDA MARIA DA SILVA SOARES SAMPAIO FIGUEIRA  
CÂNDIDA FARIA DE MIRANDA LEMOS  
CARLOTA SOUSA DIAS  
EDITE MARIA DOS SANTOS ALMEIDA PINHEIRO  
ILDETE REI CARDOSO E SILVA  
ISABEL MARIA OLIVEIRA TEIXEIRA FERREIRA GOMES  
JOÃO ALBERTO DE CASTRO CORREIA DA SILVA  
JOSÉ JACINTO DE FREITAS PEREIRA  
JULIETA SALDANHA GONÇALVES DE MIRANDA  
MABILDE RITA E CASTRO LOBO MACEDO TELES  
MARIA ALCINA MENDES CARVALHO MACHADO DE FREITAS PEREIRA  
MARIA CLARA SALCEDO NOGUEIRA DA SILVA VIEIRA COELHO  
MARIA DA CONCEIÇÃO GOUVEIA FREITAS DE BORGES GONÇALVES  
MARIA DA SILVA RIBEIRO BELEZA MOREIRA  
MARIA DAS DORES DOMINGUES BASTO OLIVEIRA DE SOUSA LOBO  
MARIA FERNANDA COELHO GUEDES BAHIA  
MARIA HELENA LAMARÃO BARBOSA RIBEIRO  
MARIA HELENA NOGUEIRA DA COSTA SANTOS  
MARIA JERÓNIMA PEREIRA CARDOSO FONTES DOS SANTOS  
MARIA LEÓNIA GOMES PARENTE DO PATROCÍNIO  
MARIA ODETE GOMES MENDES REIS  
MARIA ROSA DA SILVA FERNANDES VIDEIRA  
ROSA FRANCISCA VALENTE FERREIRA LEMOS SILVA

## SECÇÃO REGIONAL DO CENTRO

ALDA MARIA SUCENA COUCEIRO  
ANA MARIA MILLER DE OLIVEIRA MENDES  
ANTÓNIO JOSÉ DE OLIVEIRA FONSECA  
ANTÓNIO MANUEL GOMES MOREIRA DUARTE  
ISABEL MARIA COELHO PEREIRA  
JORGE MANUEL CODINHA SERRA  
JOSÉ JORGE DINIS SOARES  
JUDITE LOPES DOS SANTOS BROJO ASCENSO  
LEONOR MARIA GASPAR DA CUNHA MATOS  
LUCÍLIA DA CONCEIÇÃO LEAL PISCO  
MARIA ÂNGELA FERREIRA MARTINS DE CARVALHO TEIXEIRA LIMA  
MARIA CLARA DE MIRANDA CARVALHO HORTA NEVES BERNARDES  
MARIA CLEMENTINA PEDROSA VITAL CASTANHEIRA DE CARVALHO  
MARIA DA ASCENSÃO PIMENTA COSTA E SILVA DAVID  
MARIA DA CONCEIÇÃO DIAS VAZ DE DEUS PEREIRA  
MARIA DA LUZ JESUS PEREIRA MARQUES  
MARIA DE FÁTIMA ANDRADE DOS SANTOS DUARTE  
MARIA EDITE PEREIRA SÉRGIO ROMÃO MACHADO  
MARIA FELISBELA MENDES PIRES ANTUNES  
MARIA LUCÍLIA ALVES SILVEIRA QUENTAL DE LEMOS  
MARIA LUÍSA SANTIAGO COSTA SANTOS SOARES FERREIRA  
MARIA NORMÉLIA DIAS  
MARIA ODETE DA SILVA ANDRÉ  
MARIA TERESA PEREIRA MARQUES BATISTA  
ALCIRA PAIVA DA SILVA

# Uma nova estratégia para as Análises Clínicas

**OF realizou reunião aberta a todos os farmacêuticos com o objetivo de analisar, debater e definir uma estratégia de intervenção da instituição para o ramo das Análises Clínicas.**

A Direção Nacional da Ordem dos Farmacêuticos (OF) juntou os órgãos sociais da instituição, representantes das organizações e associações profissionais ligadas ao setor das Análises Clínicas e quase duas centenas de farmacêuticos analistas clínicos, que, presencialmente ou à distância, puderam expressar a sua visão sobre o exercício da profissão numa área que concilia a prática clínica e laboratorial.

O bastonário da OF, Helder Mota Filipe, deu o mote para o início dos trabalhos do encontro, explicando o propósito de “identificar em que áreas o farmacêutico se pode diferenciar nas Análises Clínicas e em que apresenta uma mais-valia em relação aos profissionais com outras qualificações”. Em seguida, Rui Pinto, da Direção Nacional da OF, traçou o panorama atual da atividade farmacêutica no ramo das Análises Clínicas, com a maioria dos profissionais no ativo em faixas etárias acima dos 50 anos e um contínuo decréscimo do número anual de novos farmacêuticos especialistas. Ambos os dirigentes expressaram otimismo no futuro da atividade farmacêutica neste ramo profissional, sublinhando as qualificações e competências diferenciadas destes profissionais, que aliam técnicas laboratoriais, atividades clínicas, genética ou mecanismos de ação dos medicamentos. “Os medicamentos inovadores precisam dos marcadores que as análises clínicas e a genética humana proporcionam”, realçou Rui Pinto.

A reunião prosseguiu com as intervenções e testemunhos de dois farmacêuticos analistas clínicos que exercem a profissão no interior do país, no setor público e no setor privado – Paulo Ratao, do Serviço de Patologia Clínica da ULS Guarda, e Sofia Jorge, do laboratório Affidea Castelo Branco.

No período reservado ao debate registaram-se intervenções e partici-

pações da presidente do Conselho do Colégio de Especialidade de Análises Clínicas e de Genética Humana da OF, do presidente da Associação Portuguesa de Analistas Clínicos, do presidente do Sindicato Nacional dos Farmacêuticos, da presidente da Associação Portuguesa de Jovens Farmacêuticos, e do presidente da Associação Portuguesa de Estudantes de Farmácia, entre muitos outros farmacêuticos que tiveram também oportunidade de expressar a sua visão sobre o setor das Análises Clínicas em Portugal e apresentar ideias e propostas para valorização e diferenciação da intervenção dos farmacêuticos neste domínio.

Os desafios da profissão no setor público estão relacionados com a abertura de vagas para a Residência Farmacêutica nos ramos das Análises Clínicas e da Genética Humana e na sensibilização das administrações hospitalares e direções dos Serviços de Patologia Clínica para a diferenciação profissional dos farmacêuticos especialistas, que devem também poder aceder às direções de serviço em total equiparação com médicos patologistas clínicos. A atividade dos farmacêuticos analistas clínicos tem acompanhado a evolução exponencial da tecnologia e técnicas laboratoriais, que hoje implicam novas rotinas laboratoriais e requerem um desenvolvimento profissional contínuo, que deve ser valorizado pelo mercado de trabalho e reconhecido pelos utentes.

O setor privado tem vindo a abarcar uma variedade de profissionais com múltiplas formações, contudo, as qualificações dos farmacêuticos analistas clínicos e dos farmacêuticos especialistas em Análises Clínicas asseguram competências diferenciadas, desde logo na integração clínica dos resultados laboratoriais. Com um Mestrado Integrado ministrado em Instituições de Ensino Superior, especialização em Análises Clínicas ou Genética Humana,

através da Residência Farmacêutica ou conferida pela OF, a intervenção dos farmacêuticos na área analítica apresenta elevada abrangência e preponderância, assumindo responsabilidades diferenciadas na validação dos resultados laboratoriais. Entre outras valências, os farmacêuticos analistas clínicos apresentam qualificações diferenciadas em áreas como a Biologia Molecular, Genómica, Proteómica, Farmacogenó-



mica, Medicina Personalizada, Preditiva, de Precisão ou na Nanotecnologia.

Entre os participantes foi consensual a necessidade de envolver as Faculdades de Farmácia no esforço de revitalização do ramo das Análises Clínicas, na formação pré-graduada e pós-graduada dos farmacêuticos, ajustando currículos e adotando matérias valorizadas no meio profissional. No caso específico da formação e desenvolvimento profissio-

nal contínuo, foram identificadas áreas concretas com necessidades formativas específicas, que devem ser impulsionadas através de programas de formação pós-graduada especificamente dirigidos a farmacêuticos.

O desenvolvimento da profissão neste ramo de atividade está também dependente do crescimento do número de estudantes e jovens farmacêuticos que optam por esta via de especialização,

# ESTRATÉGIA PARA AS ESPECIALIDADES ANÁLISES CLÍNICAS E GENÉTICA HUMANA



ORDEM DOS  
FARMACÊUTICOS

sendo imprescindível o reforço da comunicação junto das faixas etárias mais novas sobre as valências e saídas profissionais dos farmacêuticos analistas clínicos. Neste domínio foi também reforçado o apelo para os laboratórios clínicos privados acolherem jovens estudantes do MICEF, dinamizando assim uma prática instituída em alguns laboratórios do país.

Houve ainda lugar para a discussão sobre a aplicação do Manual de Boas Práticas Laboratoriais e aspetos relacionados com o licenciamento e inspeção dos laboratórios clínicos. A regulamentação do setor deve também garantir a responsabilidade e a autonomia dos profissionais qualificados, de que a exigência de um quadro mínimo de farmacêuticos em laboratórios convenionados pode ser apenas um exemplo.

No final do encontro, após a leitura de algumas conclusões pelo membro da Direção Nacional da OF, Rui Pinto, o bastonário assumiu o compromisso de “integrar as conclusões do encontro na estratégia de intervenção da instituição para valorização das competências dos farmacêuticos analistas clínicos”. Helder Mota Filipe lembrou que “as profissões evoluem” e que “devem fazer este exercício de reflexão sempre que a situação se justifica”. O resultado deste trabalho deve ajudar os farmacêuticos analistas clínicos a adquirir e desenvolver novas competências, que a formação pré-graduada não assegura, e que o mercado de trabalho procura, reconhece e valoriza. Para o bastonário, a OF deve lutar por garantir as melhores condições para os profissionais que representa servirem a sociedade. “As Análises Clínicas têm futuro. Não podemos perder mais tempo”, rematou o bastonário.



# Uma nova orgânica em consolidação

**Com menos de um ano de atividade, o Laboratório Nacional do Medicamento (LM) é o legítimo sucessor do Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos (LMPQF), uma instituição com mais de um século de uma história que é convergente, em muitos pontos, com a história da profissão farmacêutica em Portugal.**



O bastonário da Ordem dos Farmacêuticos, Helder Mota Filipe, e o membro da Direção Nacional da OF, Rui Pinto, visitaram o Laboratório Nacional do Medicamento no dia 12 de julho. Conduzidos pelo seu diretor, Manuel António Ramalho da Silva, percorreram as instalações e contactaram com a equipa de farmacêuticos e restantes colaboradores da instituição, numa visita que passou pela farmácia militar, pelo laboratório de análises clínicas e biobanco e pelas áreas de produção, armazenamento e distribuição de medicamentos e dispositivos médicos.

O coronel farmacêutico designado para a direção do organismo nesta fase de transição, Manuel António Ramalho da Silva, assumiu a missão de consolidar a nova orgânica do LM. Este responsável foi destacando as diferentes responsabilidades no abastecimento ou na produção de medicamentos, a pedido do Serviço Nacional de Saúde ou de outras entidades, onde se inclui a isoniazida, metadona, medicamentos manipulados, órfãos ou antídotos.

Atualmente, o LM conta com 111 elementos, 26 dos quais são farmacêuticos. Manuel António Ramalho da Silva explica que nem todos estes

colaboradores são militares. Embora a grande maioria estejam a trabalhar na sede, em Lisboa, vários outros elementos estão distribuídos pelas unidades e farmácias militares espalhadas pelo país.

O bastonário destacou o “papel importantíssimo” que tem vindo a ser assumido pelo LM na gestão da reserva estratégica de medicamentos e a flexibilidade para produção de pequenos lotes de medicamentos abandonados pela indústria farmacêutica, mas que são ainda muito relevantes no tratamento de algumas doenças. Helder Mota Filipe realçou que a reserva estra-

.....

**“Os farmacêuticos militares podem ajudar e impulsionar o envolvimento e participação de colegas das restantes áreas profissionais na capacidade de resposta e prontidão do país”**

tégica de medicamentos deve poder ser mobilizável a qualquer momento e que o prazo de validade dos medicamentos que a compõe deve ser monitorizado e controlado. “A gestão desta reserva deve contemplar uma renovação permanente de produtos para que nunca cheguem ao final do prazo de validade, exceto, naturalmente, os medicamentos e produtos que não têm rotação”, considera o bastonário. Para este efeito, recorda, há uma enorme disponibilidade e receptividade dos organismos da sociedade civil para apoiar a gestão desta reserva, designadamente ao nível da distribuição farmacêutica. Para o bastonário, a reserva estratégica é “tão mais urgente pela situação que vivemos

atualmente e outras de natureza imprevisível, que podem criar dificuldades de abastecimento”.

Helder Mota Filipe referiu-se ainda aos trabalhos desenvolvidos pelo recém-constituído Grupo Profissional de Farmácia Militar da OF, sublinhando a relevância e utilidade para toda a classe farmacêutica não militar. “Os farmacêuticos militares podem ajudar e impulsionar o envolvimento e participação de colegas das restantes áreas profissionais na capacidade de resposta e prontidão do país”, disse o bastonário, referindo-se à transmissão de conhecimentos aos mais jovens que estão dispostos a ajudar em situações de catástrofe e/ou humanitárias.





## RACI no berço da nação

Os farmacêuticos especialistas em Indústria Farmacêutica estiveram reunidos em Guimarães, de 14 a 16 de outubro, para a 40.ª edição da Reunião Anual do Colégio de Indústria (RACI), sob o tema “(Re)Shaping Pharma Future in Challenging Times”. O evento juntou mais de uma centena de participantes, entre dirigentes da Ordem dos Farmacêuticos (OF), representantes da autoridade reguladora, palestrantes e profissionais que trabalham nas mais diversas áreas e departamentos das empresas farmacêuticas.

Presentes na Sessão de Abertura, a presidente do Conselho do Colégio de Especialidade de Indústria Farmacêutica (CCEIF-OF), Paula Teixeira, e a vice-presidente da OF, Paula Costa, enaltecem o trabalho desenvolvido pelos seus antecessores no CCEIF-OF e realçaram a mobilização dos jovens farmacêuticos que exercem a sua atividade na área de Indústria Farmacêutica. Mencionaram ainda o impacto do enquadramento

geopolítico atual e a importância do papel dos farmacêuticos para “garantir o normal fornecimento de medicamentos, com qualidade, eficácia e segurança”.

O programa do evento contemplou a realização de seis painéis e 14 apresentações, desde a visão da entidade reguladora, aos novos requisitos de guidelines, passando pela inovação tecnológica, excelência operacional e o digital. Destaque ainda para a participação do *chairman* da Qualified Person Association, da European Compliance Academy (ECA), Ulrich Kissel, que apresentou uma reflexão sobre os desafios de ser *Qualified Person* numa Europa mais aberta e menos protecionista.

Esta edição da RACI registou também o maior número de pósteres científicos submetidos, que versaram uma grande diversidade de temas. No final do evento, foi entregue o prémio de melhor póster ao Steamlab SA, cujo tema foi “Development and production of advanced therapy medical products”.

.....  
**O programa do evento contemplou a realização de seis painéis e 14 apresentações, desde a visão da entidade reguladora, aos novos requisitos de guidelines, passando pela inovação tecnológica, excelência operacional e o digital.**

# Portugal com uma das maiores delegações no Congresso Mundial da FIP

O 80.º Congresso Mundial da Federação Internacional Farmacêutica (FIP) decorreu entre os dias 18 e 22 de setembro, em Sevilha, em paralelo com 22.º Congresso Nacional Farmacêutico, organizado pelo Conselho Geral dos Colégios Oficiais de Farmacêuticos (CGCOF) de Espanha, registando elevada participação de farmacêuticos portugueses, com um total de 66 participantes. A proximidade geográfica justifica esta elevada participação de farmacêuticos portugueses no evento, que formaram uma das maiores delegações estrangeiras presentes em Sevilha. A Ordem dos Farmacêuticos (OF) esteve representada no evento pelo bastonário, que esteve acompanhado por outros dirigentes nacionais, regionais e dos Colégios de Especialidade, tendo promovido um encontro com os farmacêuticos congressistas lusófonos, que juntou cerca de 60 profissionais numa unidade hoteleira sevillhana, entre homenageados, oradores e alguns autores das mais de três dezenas de pósteres e trabalhos apresentados por farmacêuticos portugueses ao longo dos cinco dias do evento.

Reunido antes do início dos trabalhos do Congresso, o Conselho da FIP elegeu um novo presidente, o farmacêutico comunitário australiano Paul Sinclair, sucedendo ao suíço Dominique Jordan. No discurso de

abertura, o presidente ainda em funções desafiou o setor farmacêutico a "criar mais planos compreensivos para gerir melhor as crises em saúde que podem estar no horizonte, não apenas futuras pandemias, mas também urgências

.....

**A FIP está alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, em particular com o Objetivo 3 – Saúde e bem-estar para todos, mas sublinhou o impacto da COVID-19 nos serviços de saúde e na saúde mental.**

resultantes de problemas globais como a hipertensão, a obesidade, a resistências antimicrobianas e o fraco acesso à vacinação”.

A FIP está alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, em particular com o

Objetivo 3 – Saúde e bem-estar para todos, mas sublinhou o impacto da COVID-19 nos serviços de saúde e na saúde mental. Para o presidente da organização, a pandemia demonstrou que "os farmacêuticos e as farmácias são parte integrante de um sistema de saúde que funciona bem" e que a profissão sofreu avanços sem precedentes, expandindo a sua ação para prestar mais serviços – de acordo com a FIP, a vacinação em farmácias está agora disponível em pelo menos 40 países e territórios, mais 20 do que em 2016.

Ainda durante a sessão de abertura do Congresso, foram premiados e homenageados farmacêuticos de vários países, entre os quais a farmacêutica portuguesa Andreia Bruno-Tomé, com o galardão FIP Fellowship, que reconhece membros individuais que serviram a organização, evidenciando forte capacidade de liderança, e que se distinguiram e contribuíram para desenvolvimentos na prática ou ciência farmacêutica.

O programa do evento registou também a participação de vários farmacêuticos portugueses como oradores convidados. Luís Lourenço, presidente da Secção Regional do Sul e Regiões Autónomas (SRSRA-OF) e secretário profissional da FIP, moderou uma sessão para partilha de experiências e lições aprendidas durante a pandemia de COVID-19. A farmacêutica comunitária Cátia Caneiras integrou o painel de discussão da sessão dedicado às resistências antimicrobianas e a presidente da Associação Nacional das Farmácias (ANF), Ema Paulino, participou no painel de discussão sobre o contributo da farmácia para a saúde inclusiva, tendo sido também uma das oradoras da sessão sobre novos modelos de financiamento de serviços farmacêuticos. A farmacêutica e investigadora Sónia Romano, do Centro de Estudos e Avaliação em Saúde (Cefar) da ANF presidiu um painel dedicado à escassez de medicamentos.

Da participação nacional no evento da FIP resultou ainda a distinção de dois trabalhos apresentados sob a forma de póster. "Patient preferences and cost-benefit of Hypertension and Hyperlipidemia collaborative management model



between pharmacies and primary care in Portugal: a discrete choice alongside a trial (USFarmácia)”, do Instituto de Saúde Baseado na Evidência, e “The impact of community Pharmacies on regional equity access to professional rapid antigen testing for SARS-CoV-2 in Portugal”, do Cefar, foram distinguidos com o primeiro e terceiro lugar, respetivamente.

O 80.º Congresso Mundial da FIP fica ainda marcado pela aprovação de um novo quadro de competências para a formação contínua de farmacêuticos e de outras resoluções, uma sobre o serviço de testagem em farmácias e outra relacionada com a garantia da qualidade em farmácia e na educação farmacêutica. O documento intitulado “FIP global competency framework for educators and trainers in pharmacy” define, pela primeira vez, um conjunto de competências e procedimentos para apoiar os formadores no desenvolvimento profissional contínuo dos farmacêuticos, estando dividido em seis categorias: education, training and development; research, evaluation and



scholarship; expert professional practice; working with others; management, strategy and planning; leadership.

“The role of pharmacy professionals in point-of-care testing” é também o título de uma nova declaração publicada pela FIP durante o Congresso Mundial que decorreu em Sevilha. O documento realça o vasto leque de testes rápidos que podem ser realizados em farmácias para o diagnóstico de doenças como a

COVID-19 ou VIH/sida e para monitorizar parâmetros associados doenças crónicas (colesterol e glicémia, por exemplo). A FIP propõe o financiamento público, bem como por seguros de saúde privados, de serviços de testagem em farmácias e que os farmacêuticos tenham acesso aos registos de saúde eletrónica de modo a partilhar os resultados com os restantes profissionais e sistema de saúde.

## BERC-Luso promove investigação biomédica em Moçambique

O projeto BERC-Luso, programa de Capacitação Ética e Regulamentar nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, deslocou-se a Moçambique, entre os dias 31 de agosto e 2 de setembro, numa visita técnica que incluiu reuniões com as diferentes instituições que desenvolvem a sua atividade na área dos ensaios clínicos, assim como a organização de uma conferência dedicada à importância da investigação biomédica.

O BERC-Luso tem como missão desenvolver e fortalecer os sistemas nacionais de regulação de medicamentos e a capacidade de revisão ética da investigação clínica. Decorre em cinco países parceiros (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe), procurando criar condições para o desenvolvimento da investigação biomédica, e mais

precisamente de ensaios clínicos, nos respetivos países. Para o efeito, são promovidas e divulgadas as melhores práticas internacionais, que garantem a proteção das populações e a saúde pública, permitindo que a investigação científica prossiga a sua atividade respeitando os valores éticos e culturais à luz da legislação internacional e nacional. Esta iniciativa foi aprovada e financiada pelo Programa EDCTP2 - Parceria entre a Europa e os Países em Desenvolvimento para a Realização de Ensaios Clínicos, que contou com o apoio da União Europeia e co-financiamento da Fundação Calouste Gulbenkian.

A Ordem dos Farmacêuticos (OF), enquanto associação pública profissional que regula a profissão farmacêutica em Portugal, integra o Conselho Executivo do projeto, juntamente com

outras três entidades portuguesas especialistas nas áreas da ética e da regulamentação da investigação e do medicamento – Infarmed, Comissão de Ética para a Investigação Clínica (CEIC) e a Cátedra UNESCO em Bioética. Este conselho é responsável pela coordenação do projeto, por acompanhar os seus desenvolvimentos e prestar o suporte necessário para o cumprimento dos objetivos, promovendo também a capacitação profissional nos Países africanos de língua portuguesa.

Iniciado em 2018, o projeto tem vindo a ser desenvolvido segundo um plano de trabalho dividido em quatro áreas: legislativo, educacional, formação e *networking*. Durante o primeiro ano, foi realizado um estudo da legislação vigente em cada país parceiro, tendo-se organizado alguns fóruns e debates que produziram importantes



recomendações. Na segunda fase, foi desenvolvido e aplicado um programa educacional que abrangeu a realização de ações de formação intensiva nos vários países e a produção de documentação suporte para apoio e consulta. De forma transversal a todas as etapas, foram promovidos momentos de *networking*, *webnetworking* e *webinars*, dinamizados através das plataformas digitais, que proporcionaram momentos de partilha entre os vários países envolvidos.

Entre as diversas iniciativas que registaram a participação e presença da OF, em 2019, merecem natural relevo as visitas, no dia 21 de fevereiro, dos assessores das embaixadas de Angola e Cabo Verde, num encontro em que foi analisada a proposta de programa e organização do Simpósio BERC-Luso, que decorreu a 6 de junho, no Infarmed, em Lisboa, sob o tema "As melhores práticas internacionais em matéria de investigação clínica: um desafio para os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa". Ainda no mês de fevereiro de 2020, de 17 a 22, decorreu na Cidade da Praia, em Cabo Verde, a formação "Investiga-

ção Biomédica e Ensaio Clínicos: capacitação regulamentar e ética". Esta ação registou a participação de 25 profissionais, formandos oficiais do projeto de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé

.....

### **O BERC-Luso tem como missão desenvolver e fortalecer os sistemas nacionais de regulação de medicamentos e a capacidade de revisão ética da investigação clínica**

e Príncipe. O encontro foi organizado em parceria com duas instituições cabo-verdianas: a Entidade Reguladora Independente da Saúde e o Comité Nacional de Ética em Pesquisa em Saúde e contou também com a participação de especialistas portugueses na área de revisão ética e regulamentar e de representantes da Organização

Mundial da Saúde e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Durante o mês de setembro de 2021, o Infarmed e a CEIC recebem um grupo de 25 profissionais (cinco de cada um dos países parceiros) para um estágio profissional iminentemente prático, tendo em vista a capacitação ética e regulamentar nas áreas da investigação biomédica e ensaios clínicos. A 27 de julho teve lugar a conferência "A importância da Investigação Biomédica em Angola", tendo a OF participado também nos diversos encontros que os responsáveis do BERC-Luso tiveram na Embaixada de Portugal, no Ministério da Saúde, na Agência Reguladora de Medicamentos e Tecnologias de Saúde e em várias Ordens Profissionais, entre as quais a Ordem dos Farmacêuticos de Angola. À semelhança da conferência que decorreu em Angola, a OF esteve também representada, nos dias 31 de agosto a 2 de setembro, na equipa de coordenação do BERC-LUSO que visitou Moçambique, onde teve lugar a conferência subordinada ao tema "A importância da Investigação Biomédica em Moçambique".

## OF reforça colaboração com entidades europeias

O bastonário da Ordem dos Farmacêuticos (OF) deslocou-se a Bruxelas para uma ronda de encontros com dirigentes de diversas instituições europeias. Em cima da mesa estiveram os temas da escassez de medicamentos, a nova estratégia farmacêutica para a Europa e o Espaço Europeu de Dados de Saúde.

O programa da deslocação a Bruxelas iniciou-se com a organização de um *Get Together OF*, para contacto com farmacêuticos portugueses no país, num encontro realizado no "Le Grand Central". O dia foi preenchido com reuniões com a Medicines for Europe, Association of the European Self-Care Industry, Pharmaceutical Group of the European Union (PGEU), Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia e com a eurodeputada portuguesa Sara Cerdas.

A OF marcou também presença na Assembleia Geral do PGEU, onde se

aprovou um novo *position paper* sobre o espaço europeu de dados em saúde. Em todas estas iniciativas, o bastonário reforçou a disponibilidade da OF para

colaborar com as instâncias europeias no desenvolvimento e implementação de legislação dirigida ao setor farmacêutico.



# Rui Santos Ivo e Erica Viegas no Conselho Diretivo do Infarmed

O farmacêutico Rui Santos Ivo foi reconduzido por mais três anos na presidência do Infarmed - Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, sendo agora acompanhado pela farmacêutica Erica Viegas, como vogal executiva do Conselho Diretivo. A composição do novo Conselho Diretivo do Infarmed fica completa com o médico Carlos Lima Alves, que assume a vice-presidência.

Rui Santos Ivo ingressou pela primeira vez no Infarmed em 1993, onde assumiu os cargos de vogal (1994-2000), vice-presidente (2016-2019) e presidente do Conselho Diretivo (2002-2005 e 2019-2022). É especialista em Farmácia Hospitalar e Assuntos Regulamentares pela Ordem dos Farmacêuticos (OF). Além de vasta experiência na autoridade reguladora do medicamento, nacional e internacional, foi presidente e vice-presidente na Administração Central do Sistema de Saúde, entre 2011 e 2016.

A vice-presidência do Infarmed assumida pelo médico Carlos Lima Alves, coordenador da Unidade de Prevenção e Controlo de Infecção e de Resistências aos Antimicrobianos do Centro Hospitalar e Universitário de São João, presidente da Comissão Nacional de Farmácia e Terapêutica e

membro das Comissões de Avaliação de Medicamentos (CAM) e Tecnologias de Saúde (CATS).

A farmacêutica Erica Viegas completa a composição do Conselho Diretivo do Infarmed, como vogal executiva. Especialista em Farmácia Hospitalar pela OF, assumia a coordenação dos Serviços Farmacêuticos do Hospital de São Francisco Xavier (CHLO). Com a tomada de posse na direção do Infarmed, renunciou aos cargos de membro do

Conselho do Colégio de Especialidade de Farmácia Hospitalar e do Conselho Jurisdicional da Secção Regional do Sul e Regiões Autónomas da OF.

O Despacho n.º 8456/2022, assinado pelos ministros das Finanças e da Saúde, produziu efeitos a 12 de julho, altura em que os novos membros do Conselho Diretivo do Infarmed assumiram oficialmente funções para um mandato de três anos, que tem como limite três renovações consecutivas.



# Medalha de Serviços Distintos para farmacêutico militar Paulo Cruz

O tenente-Coronel farmacêutico Paulo Cruz, chefe do Gabinete de Apoio do Diretor do Hospital das Forças Armadas (HFAR) foi condecorado com a Medalha Militar de Serviços Distintos, pelo seu trabalho, dedicação e empenho “num dos períodos mais exigentes e dramáticos para o HFAR”, no âmbito do combate à pandemia de COVID-19, “demonstrando uma profunda dedicação e resiliência para ultrapassar todas as situações adversas com elevado sucesso”. A condecoração foi imposta numa cerimónia realizada no HFAR, em Lisboa, pelo então diretor do HFAR, brigadeiro-general

Rui Sousa, entretanto sucedido no cargo pelo comodoro Francisco Gamito Guerreiro.

O farmacêutico militar foi reconhecido pela sua “invulgar capacidade de liderança, inteligência e acentuada competência profissional, refletidas no modo correto, objetivo e esclarecido como interpretou a missão de chefe de gabinete”, sendo a sua segunda distinção com a Medalha Militar de Serviços Distintos, grau prata, depois do reconhecimento, em fevereiro de 2020, durante as comemorações do 102.º aniversário do Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farma-

cêuticos, atual Laboratório Nacional do Medicamento.

As medalhas militares, nas diferentes modalidades, destinam-se a galardoar serviços notáveis prestados às instituições militares e ao país, e bem assim, a distinguir altas virtudes no serviço por militares da Armada, do Exército e da Força Aérea. A Medalha de Serviços Distintos destina-se a galardoar serviços de caráter militar, relevantes e extraordinários, ou atos notáveis de qualquer natureza ligados à vida da instituição militar, de que resulte, em qualquer dos casos, honra e lustre para a Pátria ou para a própria instituição.

# Teresa Machado Luciano na presidência do Hospital Garcia de Orta

A farmacêutica Teresa Machado Luciano foi nomeada pelo Governo como nova presidente do conselho de administração do Hospital Garcia de Orta, em Almada, sucedendo assim a Luís Amaro que faleceu em julho. A equipa fica completa com Henrique Neves dos Santos, novo diretor clínico, e com Tiago Mendes e Patrícia Ataíde, como vogais executivos da administração. Maria Paula Franco é a nova enfermeira diretora

Licenciada em Ciências Farmacêuticas pela Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra, desde 1990, no currículo de Teresa Machado Luciano constam também duas pós-graduações em Saúde e Desenvolvimento, pelo Instituto de Higiene e Medicina Tropical, da Universidade Nova de Lisboa, onde frequenta um doutora-

mento em Saúde Internacional, e em Marketing e Negócios Internacionais, pelo ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, bem como uma especialização no Programa Avançado para Dirigentes de Instituições de Saúde, pela Universidade de Navarra.

Do seu percurso profissional, sobressaem os cargos de Secretária Regional da Saúde do XXI Governo Autónomo dos Açores, entre julho de 2019 e novembro de 2020, de presidente do Conselho de Administração da Unidade de Saúde de Ilha de São Miguel, entre janeiro de 2018 e julho de 2019, e de vogal do Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Algarve, entre março de 2016 e setembro de 2017. Exerceu ainda o cargo de diretora executiva dos Agrupamentos de Centros de Saúde do Oeste Norte,

em 2013, e da Amadora, em 2014. Antes disso, havia já sido nomeada como presidente do Conselho de Administração da Saudaçor, de 2006 a 2008, e coordenadora do projeto Medicamentos Genéricos do Infarmed, entre 2001 e 2002. Foi também conselheira do diretor geral do Serviço Autónomo dos Medicamentos e Equipamentos da Saúde, em Díli, Timor-Leste, e integrou o Departamento Internacional do Grupo Tecnimede, com responsabilidades nas normas de abertura da fábrica de medicamentos oncológicos em Marrocos e na abertura da Tecnimede na Colômbia. Antes de ingressar no Hospital Garcia de Orta, Teresa Machado Luciano foi vice-presidente da Agência de Inovação Clínica e Inovação Biomédica.

# Diana Costa coordena novo Núcleo da Vacinação da DGS

A Direção-Geral da Saúde (DGS) criou um Núcleo da Vacinação, no âmbito Direção de Serviços de Prevenção da Doença e Promoção da Saúde, que integra o Programa Nacional de Vacinação, a vacinação contra a COVID-

19, gripe, vacinas do viajante e outras vacinas. Coordenado pela farmacêutica Diana Costa, a nova estrutura assume a coordenação, planeamento, monitorização e avaliação da vacinação em Portugal.

O Despacho n.º 018/2022, assinado pela diretora-geral da Saúde, Graça Freitas, define as funções do novo Núcleo de Vacinação, cuja atividade está suportada tecnicamente nos pareceres das Comissões Técnicas de Vacinação.

# Um novo farmacêutico centenário

O farmacêutico João Silva Tavares, fundador da Farmácia Silva Tavares e do Laboratório Silva Tavares, ambos em Alferrarede, no concelho de Abrantes, completou 100 anos de vida. A data foi assinalada por familiares, amigos, colegas, colaboradores e representantes de várias entidades locais e setoriais. A Ordem dos Farmacêuticos esteve representada na ocasião, oferecendo uma peça em prata que assinala o seu relevante contributo para o desenvolvimento da profissão e da região.

João Silva Tavares é uma personalidade incontornável na região centro do país e uma referência para muitos farmacêuticos. Fundou o Grupo Silva Tavares na década de 50 e partici-

pou ativamente no desenvolvimento do setor das Análises Clínicas em Portugal, impulsionando a criação da Associação Portuguesa de Analistas Clínicos (APAC). Licenciou-se em Farmácia pela Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto, em 1952, e concluiu a especialidade em Análises Clínicas durante o ano de 1968. Apostou sempre na inovação e desenvolvimento tecnológico, adotando novas tecnologias no laboratório de análises clínicas e na farmácia aos quais dedicou toda a sua vida. Foi o primeiro presidente da Junta de Freguesia de Alferrarede e fundador do Rotary Clube de Abrantes, entre várias outras ações e projetos desenvolvidos em prol da comunidade.



## Manuel Pimenta dá nome a nova sala multiusos de hospital guineense

O farmacêutico português Manuel Pimenta, Medalha de Honra da Ordem dos Farmacêuticos em 2017, foi homenageado em Bôr, na Guiné-Bissau, com a atribuição do seu nome à nova Sala Multiusos do Hospital Pediátrico de São José. O novo espaço tem capacidade para 20 lugares e condições para receber formações presenciais e à distância, videoconferências, reuniões de trabalho e ocorrências médicas.

Presentes na inauguração do espaço, o bispo de Bissau, José Lampra Cá, e o diretor do hospital, Jaime Katar, realçaram o carácter altruísta do homenageado e sublinharam o trabalho desenvolvido nas áreas da Saúde e da Educação. “Veio ao país porque tem uma motivação de ajudar o outro por ser seu semelhante”, disse o bispo de Bissau, na inauguração da sala multiusos.

A ligação de Manuel Pimenta à Guiné-Bissau iniciou-se durante o serviço militar obrigatório, no final da década de 60, tendo desempenhado funções de direção no Laboratório de Análises Clínicas do Hospital Militar e do Hospital Civil, ambos na cidade de Bissau. Em 2003, através da Fundação Manuel Pimenta, ajudou a construir



uma Maternidade no Cacheu, a primeira localidade onde os portugueses aportaram na Guiné e que, durante muitos anos, foi o grande entreposto comercial na costa ocidental de África. Com o mesmo carácter altruísta, em 2013, após ter equipado totalmente o Laboratório de Análises Clínicas do Hospital Pediátrico de S. José, em Bôr, empenhou-se pessoalmente na preparação e na escolha do quadro

de pessoal. Contratou especialistas portugueses e promoveu gratuitamente a deslocação de funcionários guineenses a Portugal para ações de formação presencial e de atualização de conhecimentos técnicos. Ainda hoje, no seu laboratório de análises clínicas, em Ponte de Lima, recebe membros da equipa do laboratório do Hospital Pediátrico de S. José, com propósitos formativos.

## Farmacêuticos em consórcio internacional para desenvolvimento de novo tratamento para a doença de Crohn

Um grupo de investigadores do Instituto de Investigação e Inovação em Saúde (i3S) da Universidade do Porto integra o projeto europeu Genecut, financiado em 5,4 milhões de euros, para desenvolvimento da primeira terapia genética oral para a doença de Crohn.

O farmacêutico Bruno Sarmiento, que lidera a equipa portuguesa envolvida neste projeto e constituída por 3 farmacêuticos, 10 estudantes de doutoramento com formação em ciências farmacêuticas e 1 engenheira biomédica, explica que o objetivo passa pelo desenvolvimento de "um tratamento não invasivo,

seguro, eficaz e direcionado baseado em RNA administrado oralmente. A administração de RNA será possibilitada por uma abordagem combinada onde novos biomateriais, concebidos para ultrapassar as barreiras no trato gastrointestinal, sob a forma de nanopartículas", refere o responsável, adiantando que o RNA vai permitir "combater localmente a inflamação no tecido intestinal, evitando efeitos secundários sistémicos".

Ao longo de quatro anos, os investigadores do i3S vão receber 400 mil euros para desenvolver um modelo tridimensional (3D) que simule o "intestino

inflamado" desta doença e possa ser usado "para testar a eficácia de nanomedicamentos". A equipa portuguesa vai também criar e disponibilizar uma "biblioteca de novos biomateriais" que pode ser utilizada para "formular nanopartículas contendo RNA terapêutico (siRNA e mRNA)".

Os investigadores pretendem usar o conhecimento adquirido e comprovado das terapias que utilizam o mRNA (como a vacina contra a COVID-19) e transferir a "revolucionária tecnologia do mRNA e siRNA para tratar a Doença de Crohn", esclarece o i3S em comunicado.

## Luis Lourenço entre os 5.000 micro-influenciadores da vacinação contra a COVID-19

A Direção-Geral da Saúde (DGS) recrutou e formou 5.000 micro-influenciadores como fontes de informação fidedignas durante a pandemia de COVID-19, entre os quais o presidente da Secção Regional do Sul e Regiões Autónomas da Ordem dos Farmacêuticos, Luís Lourenço. Esta abordagem inovadora tem contribuído para o país a

alcançar altas taxas de vacinação contra a COVID-19.

Este projeto pioneiro implementado em Portugal pela DGS visa incentivar a comunidade a adotar medidas e comportamentos preventivos no domínio da Saúde Pública, como a adesão aos programas de vacinação, tendo como fonte de informação pessoas e

profissionais que reconhecem como próximas e confiáveis.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) falou com quatro destes micro-influenciadores, que descreveram a sua ação no âmbito deste projeto. O presidente da SRSRA-OF descreve que o seu trabalho como micro-influenciador é baseado na “ciência”, na “confiança” e na “orientação”.

## Noite de prémios aos farmacêuticos



O Casino Estoril voltou a receber mais uma edição da cerimónia de entrega dos Prémios Almofariz, uma iniciativa da revista Farmácia Distribuição, que contabiliza este ano 28 edições. Ao todo, foram distinguidas mais de uma dezena de personalidades, projetos e entidades.

A farmacêutica Teresa Machado Luciano, presidente do Conselho de Administração do Hospital Garcia de Orta, foi distinguida com o Almofariz para a Figura do Ano. O farmacêutico comunitário António Hipólito de Aguiar recebeu o Almofariz Especial Carreira. Entre os prémios atribuídos nesta edição esteve também o

Almofariz para o Projeto do Ano, que distinguiu o contributo dos farmacêuticos para a estratégia nacional de testagem contra a COVID-19. O prémio foi entregue à presidente da Associação Nacional das Farmácias, Ema Paulino, à presidente da Associação Farmácias de Portugal, Isabel Cortez, e ao vogal do Conselho Diretivo do Infarmed, Carlos Lima Alves.

O prémio para a Farmácia Hospitalar do Ano foi atribuído ao Serviço de Gestão Técnico-Farmacêutica do Centro Hospitalar e Universitário de Lisboa Norte (CHULN), na pessoa do seu diretor, João Paulo Lopes da Cruz. A distinção para a Farmácia do Ano

foi entregue à Farmácia Amorim, em Guimarães, enquanto o Almofariz de Intervenção na Comunidade foi atribuído à Farmácia Jordão Pedrosa, no Vale da Amoreira.

Durante a cerimónia foram ainda entregues o Almofariz para o Anúncio Profissional do Ano (Aero-Om, da Medinfar Consumer Health, feito pela agência Make It Singular), Produto do Ano (Centrum Imuno C, GSK Consumer Healthcare), Dermocosmética do Ano (Uriage Bébé 1.º Leite Hidratante), Medicamento Não Sujeito a Receita Médica do Ano (Dextazin, da Aflofarm) e Laboratório do Ano (GSK).

## Regional do Centro homenageou anterior presidente



A presidente da Secção Regional do Centro da Ordem dos Farmacêuticos (SRC-OF) entre 2012 e 2018, Ana Cristina Rama, atual presidente da Assembleia Regional do Centro, entrou para a galeria de quadros de farmacêuticos que dirigiram a SRC-OF desde 1983.

O quadro com a fotografia de Ana Cristina Rama foi descerrado pela atual presidente da SRC-OF, Anabela Mascarenhas, num ato simbólico realizado na sede da Secção Regional, no dia 19 de outubro.

## Vitor Borges distinguido pela Sociedade Europeia de Virologia Clínica

O farmacêutico e investigador Vítor Borges, do Departamento de Doenças Infeciosas do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge (INSA), foi distinguido pela Sociedade Europeia de Virologia Clínica (ESCV) com o Prémio Heine-Medin, pelo seu trabalho na área da genómica e microevolução de vírus com impacto na Saúde Pública.

A distinção do farmacêutico português ocorreu durante a 24.ª Conferência Anual da ESCV, que decorreu de 7 a 10 de setembro, em Manchester, no Reino Unido. Criado em 1983, o

Prémio Heine-Medin visa homenagear trabalhos científicos que contribuam para a promoção da compreensão das doenças infecciosas de origem viral. A medalha tem o nome do cirurgião ortopedista alemão Jacob Von Heine (1800-1879) e do pediatra sueco Oscar Medin (1847-1927), que foram responsáveis por contributos significativos para o reconhecimento da poliomielite como doença e criação de guidelines para o seu diagnóstico e tratamento.

Formado em Ciências Farmacêuticas pela Faculdade de Farmácia da

Universidade de Coimbra, doutorado em Biologia, com especialização em Genética Molecular, Vítor Borges iniciou a sua atividade de investigação científica no INSA, em 2008, onde desenvolveu o seu trabalho de doutoramento no âmbito do programa doutoral da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa (2011-2015). As suas atividades científicas atuais assentam, maioritariamente, na investigação e vigilância de múltiplos agentes patogénicos com impacto na Saúde Pública à escala do seu genoma/transcriptoma.

## Profissionais de saúde querem oferecer nova estola ao Papa

Um grupo de profissionais de saúde encabeçado pelo médico João Queiroz e Melo escreveu ao Papa Francisco com o objetivo de lhe oferecer uma estola 'blue-wrap', um têxtil sintético esterilizado utilizado para embrulhar os instrumentos que vão ser esterilizados, na sua deslocação em Lisboa, em agosto, para participação nas Jornadas Mundiais da Juventude.

Os proponentes da carta, entre os quais se incluem farmacêuticos, enfermeiros, médicos, entre outros,

assumem-se preocupados com as questões ambientais e ecológicas e explicam este gesto como uma forma de sensibilizar para as questões ambientais. "A estola em blue-wrap seria um sinal forte para os jovens que o acompanham na caminhada de conversão ecológica e que todos devemos divulgar", lê-se na carta dirigida ao Papa, onde alertam para a necessidade de diminuir o impacto ambiental resultante da prestação dos cuidados de saúde.



INFORMAÇÃO SOBRE MEDICAMENTOS  
**INDEPENDENTE · AVALIADA · ATUALIZADA**



**cim**

CENTRO  
DE INFORMAÇÃO  
DO MEDICAMENTO

- **CONSULTAS** sobre medicamentos e terapêuticas
- **PUBLICAÇÕES** periódicas
- Apoio na procura, acesso e seleção de **FONTES DE INFORMAÇÃO**
- **ESTÁGIOS** em **INFORMAÇÃO DE MEDICAMENTOS** para alunos do MICF
- Realização de **SESSÕES INFORMATIVAS**

**CONTACTOS:**

**SEDE PROVISÓRIA DA ORDEM DOS FARMACÊUTICOS**

Av. Casal Ribeiro 14, 6º andar | 1000-092 Lisboa

**213 191 385** | [cim@ordemfarmaceuticos.pt](mailto:cim@ordemfarmaceuticos.pt)

HORÁRIO: 09H30 13H00 E 14H00 18H00 (segunda a sexta-feira)

SAIBA MAIS EM





# o teu Futuro na tua Ordem.

inscreve-te como  
**MEMBRO ESTUDANTE** da  
**ORDEM DOS FARMACÊUTICOS**

+ formação    +participação    +benefícios    +futuro

